

Acção **Socialista**

Nº 1207 - 5 Novembro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



OE 2004: MAIS DESEMPREGO MENOS PODER DE COMPRA

Este Orçamento "é um tumor que faz mal ao Estado". Quem o disse foi Sousa Franco, ex-ministro das Finanças conhecido pelo seu rigor, numa iniciativa organizada pelo PS para analisar o Orçamento de Estado para 2004, que ontem começou a ser discutido no Parlamento. Para desgraça das famílias portuguesas, este Orçamento vai continuar a afastar o País da média europeia, a atrasar a consolidação das contas públicas, a cortar no investimento público e a desincentivar o investimento privado. O Governo continua incapaz de compreender que sem crescimento nem combate à evasão fiscal não há efectiva redução do défice. O desemprego, que já é o maior dos últimos 30 anos, aumentará. E quem vai pagar somos todos nós, as famílias e as empresas que, ainda por cima, irão sofrer um novo aumento dos impostos. O PS, obviamente, vai votar contra.

Págs. 3 e centrais



COMISSÃO POLÍTICA

**Defesa intransigente
do Estado de Direito**

4

INTERNACIONAL SOCIALISTA

**António Guterres
reeleito Presidente**

5

MEDIA

Pluralismo ameaçado

13

ENTREVISTA

**Helena Roseta:
Passar à ofensiva**

6



Revista *Finisterra*
Novo número já nas bancas

O ORÇAMENTO CONTRA AS NECESSIDADES DAS PESSOAS

Começou ontem a discussão na generalidade da proposta do Orçamento de Estado para 2004. Não é de mais insistir nos traços fundamentais, tal é a sua gravidade.

A ser aprovado como está, o Orçamento de 2004 imporá, pelo segundo ano consecutivo, uma quebra real nos salários dos trabalhadores. Agravará o imposto sobre os rendimentos da generalidade das pessoas, visto que os escalões do IRS serão actualizados num valor inferior ao da inflação prevista. Penalizará as empresas do interior, cujos benefícios fiscais serão extintos. Prejudicará as pequenas e médias empresas, assim como aquelas que apostam na qualificação ambiental e na inovação tecnológica; ao invés, a redução do IRC beneficia apenas meia dúzia de grandes empresas.

A ser aprovado como está, o Orçamento de 2004 fará diminuir mais uma vez o investimento público. Provocará novos cortes financeiros nas áreas fundamentais da educação, da formação e da ciência. Deixará em branco domínios como a segurança, protecção civil e ordenamento, aqueles mesmos domínios cuja debilidade os incêndios florestais do Verão passado puseram a nu.

A proposta de Orçamento não inclui nenhuma política de desenvolvimento económico. Dá por adquirida a recessão económica (as previsões de crescimento das exportações e do produto são totalmente irrealistas) e dá ainda como certo o aumento do desemprego. Em contrapartida, faz depender o cumprimento aparente do critério do défice orçamental (inferior

a três por cento do PIB) de mais receitas extraordinárias e mais operações contabilísticas.

Quer dizer: nem estímulo ao investimento, nem controlo de despesa, nem aposta na modernização, nem justiça social. Era difícil fazer pior. Como resumiu lapidariamente o prof. Sousa Franco, é um Orçamento que prejudica os pobres.

Mas vale a pena olhar mais de perto para uma área sempre crítica em matéria de despesa pública, que é a saúde. O que se passa revela bem o modo de actuar do Governo e as terríveis consequências desta actuação. Qual foi o objectivo da empresarialização "instantânea" de trinta e tal hospitais públicos? Retirar do Orçamento de Estado parte dos seus gastos. Chama-se a isto desorçamentar, isto é, esconder, disfarçar, ocultar. Consequência? Por exemplo esta: aumento da dívida pública, que está agora acima dos 60 por cento do PIB, o que significa que Portugal viola agora um dos critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento!...

Mas o que é a saúde, se não a prestação de um serviço público que responda a necessidades básicas das pessoas? Como avaliar a política da saúde a partir dos resultados obtidos na prestação dos cuidados?

Pois bem: com este Governo, as listas de espera aumentaram. Com este Governo, há hospitais em ruptura. Com este Governo, as urgências pediátricas de Lisboa e do Porto estão um caos. É o triste resultado da política de direita, que vê (e mal!) tostões onde estão pessoas!



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

A ser aprovado como está, o Orçamento de 2004 fará diminuir mais uma vez o investimento público. Provocará novos cortes financeiros nas áreas fundamentais da educação, da formação e da ciência. Deixará em branco domínios como a segurança, protecção civil e ordenamento, aqueles mesmos domínios cuja debilidade os incêndios florestais do Verão passado puseram a nu.

DESGRAÇADOS DE NÓS

ANTOONIO COLAÇO

EXCLUSIVO: AS LÁGRIMAS DE MANUELA E AS PRIMEIRAS VÍTIMAS DO "Ó ZÉ APERTÓCINTO"!!!

"QUANDO TENHO DE TOMAR DECISÕES, CHORO DURANTE DOIS DIAS E SINTO-ME COMPLETAMENTE DESGRAÇADA!"

*Manuela Ferreira Leite
In Colóquio PSD, citação de
memória*



SOUSA FRANCO NO ALTIS

OBSESSÃO PELO DÉFICE COMPROMETE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

A obsessão pelo défice, ao ponto de "deixar de haver qualquer estratégia, conduziu o País ao estado de estagnação em que nos encontramos" e pode ainda "comprometer o crescimento a médio prazo". O diagnóstico é de Sousa Franco, que teceu duras críticas à orientação da política económico-financeira do Governo. Para o antigo ministro socialista das Finanças, o Orçamento de Estado (OE) para 2004 "é mais do mesmo", uma vez que prossegue "uma política avulsa com o único objectivo de esconder o défice, sem uma efectiva consolidação orçamental".

Falando na segunda-feira numa conferência promovida pelo Grupo Parlamentar do PS, no Hotel Altis, em Lisboa, que encerrou um ciclo de debates sobre o Orçamento de Estado para 2004, Sousa Franco fez questão de começar a sua intervenção de cerca de uma hora com um sentido elogio à "coragem e capacidade cívica do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, alvo do ataque político mais baixo a que assistiu desde o 25 de Abril".

Perante uma plateia de centenas de militantes socialistas, o ex-ministro das Finanças, que se encontrava acompanhado de Ferro Rodrigues, António Costa, João Cravinho e Elisa Ferreira, frisou que com a aprovação do OE para 2004 "as políticas erradas do Governo irão cobrir mais de metade da legislação".

Por isso, disse, "a jornada deste Governo já vai longa, e há uma política que não pode desculpar-se com as anteriores, tem de ser avaliada por aquilo que é".

Referindo que Portugal "desconhece ainda a existência de qualquer consolidação orçamental", que, sublinhou, "só tem sentido se for colocada ao serviço do desenvolvimento", Sousa Franco sustentou que na actual conjuntura recessiva o objectivo de "austeridade orçamental prosseguido pelo Governo tem um efeito perverso: não consolida o investimento, nem consolida as finanças públicas".

Depressão colectiva vem do discurso da tanga

Por outro lado, lembrou, logo no início de funções o actual Governo, com o seu discurso da "tanga", introduziu "uma perspectiva negativista para os portugueses, com as consequências negativas que se conhecem". E acrescentou: "A depressão colectiva que se vive no País tem origem no discurso da tanga".

Sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), o ex-ministro das Finanças de António

Guterres recordou o seu conturbado processo de aprovação na União Europeia, sustentando que este pacto gerou "a trampolice nas contas públicas" de alguns países, em que "os défices abaixo dos três por cento são manipulados, como é caso, infelizmente, de Portugal", num processo que começou com a Itália, país onde há uma "tradição" no domínio da "maquilhagem orçamental".

Para Sousa Franco, a consolidação orçamental "é infrutífera se não estiver ao serviço de uma política de crescimento duradouro, de uma efectiva repartição do rendimento e da justiça e coesão social", sublinhando que o Governo tem seguido uma política errada de privilegiar os cortes na despesa, em especial no investimento, em detrimento do aumento da receita.

"Os cortes de despesa fácil são os que são feitos no investimento, de acordo com a receita dos manuais, porque aí ninguém se queixa, a não ser o País a médio prazo", disse, acrescentando que "o que está em causa é passarmos do investimento quantitativo para o qualitativo, o que passa por um forte investimento público na educação e na sociedade de informação".

Por outro lado, adiantou, "apesar dos cortes, a despesa está a aumentar, e vai crescer mais uma vez", defendendo que "a contenção da despesa é fruto de uma acção de médio prazo", ao contrário da "política avulsa prosseguida pelo Governo com o único objectivo de esconder o défice".

Segundo sublinhou o antigo titular das Finanças, "a consolidação orçamental deve ser feita do lado da receita. É do lado da receita que tudo se joga, tratando todos da mesma maneira".

Neste contexto, defendeu que "o PS deve repensar o sistema fiscal à luz da justiça, nomeadamente no que respeita à receita do Estado, onde há tudo a fazer".

Sousa Franco considerou ainda que para combater a evasão e a fraude fiscais, "é fundamental



dolar a Administração Fiscal e a Segurança Social dos meios adequados", salientando que "a desmotivação dos funcionários não é um bom caminho". É que, frisou, "eficiência pressupõe motivação e confiança". Manifestando a sua oposição à retirada dos benefícios fiscais às empresas do interior e às PME que apostam na inovação e no conhecimento, Sousa Franco considerou, por outro lado, a diminuição do IRC para as grandes empresas como "uma cópia da política fiscal de Bush".

PIDDAC mantém descida acentuada

"Grandes Opções, Orçamento e Fiscalidade" foi o tema do primeiro debate deste ciclo promovido pelo Grupo Parlamentar do PS, que contou com a participação de Adriano Pimpão, relator do parecer sobre as GOP do Conselho Económico e Social, Fernando Pacheco, ex-secretário de Estado do Orçamento, e Domingos Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Na sua intervenção, Adriano Pimpão referiu que no OE para 2004 o PIDDAC "tem uma descida acentuada", salientando que o crescimento previsto, entre 0,5 e 1,5 por cento, só será alcançado se houver "um grande crescimento das exportações", sendo previsível que se continue a registar a divergência da economia portuguesa com a média europeia.

Já Fernando Pacheco considerou que o cenário macroeconómico deve estar nas GOP, estimando que a inflação em 2004 se situe entre 2,3 e 2,4 por cento.

Por sua vez, Domingos Azevedo disse que o OE 2004 "é um documento de continuidade,

que aposta tudo no controlo do défice através de engenharia financeira".

Desinvestimento na ciência e tecnologia

Entretanto, no debate sobre o OE-2004 para a Ciência e Tecnologia e a Sociedade de Informação, realizado no passado dia 30 de Outubro, o professor Luis Magalhães alertou para o facto de, pelo segundo ano consecutivo, haver um desinvestimento nesta área, considerando "extremamente preocupantes" os retrocessos e as paragens verificadas ao nível da investigação académica e empresarial.

"O sistema de inserção de doutores e quadros superiores está fragilizado, o programa de apoio a Sociedade de Informação permanece parado" e nos laboratórios do Estado reina a "inacção" e a "suspensão", situações estas agravadas por "fusões que não se percebem".

Tudo isto leva o docente universitário a considerar que "a ausência de inscrição orçamental para o sector, se não for um erro técnico, é absolutamente incompreensível", criticando ainda o "desaproveitamento dos fundos comunitários", cuja execução orçamental não passou de uns reprováveis 20 por cento. Maria de Lurdes Rodrigues propôs, por seu turno, fazer uma reflexão em torno da estreita relação entre a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o desenvolvimento nacional, criticando as posições que, sobre esta matéria, se têm assumido em sede parlamentar e que põem em causa o futuro de Portugal.

Ao considerar que a crescente democratização do acesso às novas TIC implica uma maior qualificação das pessoas para o seu manuseamento, a docente universitária apontou para o que considerou ser "uma questão de conhecimento estreitamente ligada a novas políticas sectoriais" e que visa fundamentalmente a massificação do uso das tecnologias e a formação para tal.

Depois de Maria de Lurdes Rodrigues concluir que "as estratégias de futuro devem ser sustentadas nas TIC", uma vez que "a Sociedade de Informação é um instrumento de competitividade e um catalisador do desenvolvimento", Lino Fernandes, economista, alertou para o facto de Portugal ser o país da União Europeia onde a investigação empresarial desceu mais nos últimos anos.

Reivindicou, por isso, mais apoios e até incentivos fiscais para as empresas que apostem nesta área de conhecimento, confessando-se ainda "perplexo" perante a "grande confusão existente no concorrente ao financiamento do sector".

J. C. CASTELO BRANCO E MARY RODRIGUES

OS SETE PECADOS MORTAIS DO ORÇAMENTO PARA 2004

MAIS DESEMPREGO

Não estimula o investimento privado, restringe erradamente o investimento público e provoca o aumento do desemprego

MENOS QUALIFICAÇÃO

É um estímulo negativo à economia produtiva e evidencia desprezo pela melhoria das qualificações dos portugueses e do nosso território

MAIS IMPOSTOS

A proposta de redução genérica do IRC esconde um aumento de impostos para as empresas e as alterações propostas aos escalões do IRS no Orçamento para 2004, quando conjugadas com uma previsões realista da inflação, significam que a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem bem como as suas famílias passarão realmente a pagar mais

MENOS JUSTIÇA FISCAL

Dele não constam medidas eficazes de combate à fraude e à evasão fiscais

MAIS INJUSTIÇA SOCIAL

As alterações previstas para as regras de atribuição dos subsídios por doença e de desemprego penalizam os trabalhadores

MAIS MANIÂNCIAS

Não consolida as finanças públicas. A redução artificial do défice, se for conseguida, será à custa de mais receitas extraordinárias e truques contabilísticos. Entretanto, Portugal já viola o Pacto de Estabilidade no critério da dívida pública.

MAIOR DIVERGÊNCIA COM A EUROPA

Concretiza mais um ano de afastamento da economia portuguesa face aos níveis médios europeus

OE-2004: MAIS UM EMBUSTE MONUMENTAL

À hora de fecho desta edição iniciava-se, na Assembleia da República, a discussão na generalidade da proposta de Orçamento de Estado para 2004.

Na sua intervenção inicial, Ferro Rodrigues definiu a estratégia do Governo como "mais um embuste monumental" que deixa "uma porta aberta para a estagnação de Portugal", que está há um ano a andar para trás.

Segundo o líder socialista, o OE de 2004 devia ser um estímulo para o investimento, um apoio para as famílias, um sinal de esperança para os desempregados, uma garantia de solidariedade, um forte indicio de inovação e

uma garantia de coesão social.

Nenhuma destas preocupações está contemplada na proposta do Executivo azullaranja, pelo que ela é "má para Portugal e para os portugueses" e "assenta, além do mais, numa mentira". Assim, "a ser aprovado, este orçamento só pode ser caracterizado em duas palavras: resignação e mediocridade", afirmou, alertando para o facto de 2004 se perfilar como "mais um ano de estagnação".

Depois de criticar a penalização dos desfavorecidos e das classes médias, de considerar "inaceitáveis" os cortes nos benefícios fiscais para deficientes, e de acusar a asfixia do poder local, Ferro sublinhou que o OE-2004 "não honra

os compromissos que os Estado têm que assumir com as regiões mais deprimidas". Por isso, garantiu, "o PS fará propostas na especialidade" para repor o combate à fraude e evasão fiscais, dar apoio às pequenas e médias empresas, de forma a que não se recue na qualificação, se dê mais oportunidades aos jovens, para que o investimento cresça, se cumpra com o poder local e se dê mais esperança aos idosos. Ferro Rodrigues concluiu defendendo que é chegada a hora de dizer basta e mudar, de uma vez, as políticas erradas que, no terceiro Orçamento consecutivo, levam o País pelo caminho errado".

MARY RODRIGUES

COMISSÃO POLÍTICA

DEFESA INTRANSIGENTE DO ESTADO DE DIREITO

A situação política interna dominou os trabalhos da reunião da Comissão Política do passado dia 23, na sede nacional do Largo do Rato.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, deu início à Comissão Política com a leitura de uma declaração que serviria depois de base para todas as restantes intervenções, cerca de 40, numa reunião que se prolongou por mais de seis horas. Consciente de que o PS atravessa uma "situação extremamente difícil", Ferro Rodrigues salientou que a campanha de que tem sido alvo "poderá ter causado danos muito fortes sobre a minha imagem e o próprio PS", pelo que colocou a sua continuidade como secretário-geral do PS nas mãos da Comissão Nacional.

"Não peço solidariedade para me manter como secretário-geral. O que eu peço é a capacidade e a coragem política para fazer escolhas", afirmou, tendo no entanto deixado a certeza reforçada de que "neste processo (Casa Pia) alguém me considerou ser um alvo a abater, a intimidar ou a condicionar". Neste sentido considerou também que "alguém quis ligar a direcção do PS" e ele próprio "ao



processo e essa é que é a verdade relevante. Alguém quis a politização da justiça. Não fui eu. Não foi o PS".

Salientando ser necessário e imperioso "travar ao lado das portuguesas e dos portugueses o combate pela justiça, pelo desenvolvimento, pela coesão social, pela cultura e pela inovação", Ferro Rodrigues considerou que para isso é fundamental "que não deixemos que a intoxicação dos nossos adversários nos divida e nos derrote. Que não deixemos que sejam televisões tablóides a determinar o futuro de cada partido. Dos outros partidos e sobretudo do nosso partido. Da democracia".

No final da reunião, marcada por um vivo e intenso debate sem quaisquer constrangimentos, foi aprovada uma deliberação com três votos contra e uma abstenção, em que a Comissão Política do PS exorta o secretário-geral "para que continue a bater-se firmemente pela verdade, pela justiça e pela defesa dos valores do Estado de Direito democrático".

Na resolução, lida à Comunicação Social pelo porta-voz do PS, Vieira da Silva, a Comissão Política considera que

"face aos ataques sistemáticos dirigidos ao secretário-geral, fazendo muitos deles uso de processos ilegítimos e violadores de princípios basilares de direitos fundamentais, garantidos pela Constituição, designadamente dos crimes de violação do segredo de justiça e do direito à reserva da intimidade da vida privada, impõe-se reafirmar o empenhamento do PS na defesa intransigente desses direitos como condição essencial de defesa da dignidade das pessoas, dos responsáveis políticos e das instituições". No comunicado refere-se ainda que "Portugal pode contar com os socialistas na defesa intransigente do Estado de Direito e das liberdades, na modernização da sociedade, na qualificação dos serviços públicos, na busca da solidariedade e da justiça social, na realização de uma nova esperança para todos os portugueses. É esse o combate do PS".

Para o travar, a Comissão Política Nacional do PS "declara o seu empenhamento neste combate, de modo firme e determinado, em ligação estreita com todos os órgãos do partido".

FERRO RODRIGUES NA GUARDA

ORÇAMENTO PREJUDICA O INTERIOR DO PAÍS

A ideia de que o Orçamento de Estado (OE) proposto pelo Governo "faz mal à saúde do interior" foi sublinhada pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, na visita que efectuou no dia 31 de Outubro ao distrito da Guarda, defendendo, por isso, que "deve ser alterado enquanto é tempo". Na deslocação ao distrito, Ferro Rodrigues teve a oportunidade de reunir com sectores empresariais, visitar uma fábrica de lacticínios e participar num colóquio sobre "Os incentivos ao desenvolvimento do interior", que contou com a presença dos deputados do PS eleitos pela Guarda, Pina Moura e Fernando Cabral.

Relativamente à proposta de OE para 2004, o líder socialista adiantou que o PS vai assumir, no Parlamento, "as suas responsabilidades, apresentando propostas de alteração na especialidade".

"É muito importante, perante esta maioria absoluta, que age muitas vezes



como uma máquina compressora, não ouvindo argumentos mas apenas olhando para o número de deputados que tem, que também as forças empresariais do interior do País se movimentem para que este Governo não possa fazer tanto mal à saúde tantas empresas", disse.

Ferro Rodrigues recordou que durante os governos do PS foi aprovado "um conjunto de legislação que permitia favorecer claramente as regiões do interior no que diz respeito ao investimento produtivo e à fixação de empresários e de Pequenas e Médias Empresas (PME)".

Contudo, alertou, no OE proposto pelo actual Governo a generalidade das empresas do interior "deixará de ter uma diferenciação positiva e, portanto, pagar menos IRC do que o conjunto das outras empresas e também os benefícios existentes em geral em sede de Segurança Social e de Sisa, são seguramente postos em causa".

Ferro Rodrigues considerou estes

factos "graves" exigindo que "o Estado honre os seus compromissos, porque o facto de haver uma mudança de Governo não pode pôr em causa os compromissos que foram assumidos e que levaram muitos jovens empresários a instalar-se em regiões, como a da Guarda, do interior do País". O secretário-geral do PS lembrou ainda que foram os governos de António Guterres que procederam a "alterações" ao Plano Rodoviário Nacional, permitindo que uma viagem entre Lisboa e a Guarda seja realizada "em muito pouco tempo, comparado com o que acontecia há alguns anos atrás".

Ferro Rodrigues adiantou que a deslocação à Guarda teve como principal objectivo "chamar a atenção para a gravidade política do OE que faz mal à saúde do interior" e acusou o Governo de ter uma "atitude incorrecta" na gestão da economia e uma "atitude revanchista" em relação às políticas anteriores.

REELEITO PRESIDENTE DA INTERNACIONAL SOCIALISTA

GUTERRES QUER NOVA ORDEM PARA UM MUNDO MAIS EQUILIBRADO

António Guterres foi reeleito presidente da Internacional Socialista para um novo mandato de três anos, no XXII Congresso da organização, que decorreu em São Paulo, no Brasil. Na sua intervenção de abertura, António Guterres disse que a IS apresentou um amplo conjunto de reformas para criar uma nova ordem mundial no plano económico, social e ambiental.

Num Congresso que reuniu representantes de 150 partidos socialistas, trabalhistas e sociais-democratas de 100 países, e teve a presença de uma delegação do PS composta por Ferro Rodrigues, Carlos César e Ana Gomes, Guterres defendeu que a IS seja uma força impulsionadora de uma coligação global para uma nova ordem mundial, como resposta "à ideologia neoliberal, à agenda neoconservadora e à lógica do unilateralismo que sacraliza o mercado, mesmo com o sacrifício da pessoa humana, e procura dismantelar ou enfraquecer o sistema das Nações Unidas, as organizações internacionais



e o direito internacional".

Para o presidente da IS, são necessárias reformas no plano económico, ambiental e social, como a criação de um Conselho das Nações Unidas para o desenvolvimento, em paralelo com o Conselho de

Segurança que possa desenvolver um papel "que era suposto o G8 desempenhar, mas com outra legitimidade e representatividade.

A criação de uma organização mundial do ambiente e o estabelecimento de um novo equilíbrio entre o financeiro, económico, social e ambiental com uma acção coordenadora das diversas agências internacionais foi igualmente defendido pelo presidente da IS na sua intervenção de abertura.

"A IS deve constituir-se como um novo multilateralismo ao serviço da paz e segurança, da democracia e os direitos do homem, do desenvolvimento sustentável e da justiça social. As reformas que apresentamos correspondem a uma nova visão da arquitectura das relações internacionais, tal como aconteceu após a Segunda Guerra Mundial", sublinhou. Para Guterres, os tempos actuais são de contradições, com a construção de novos muros, como aconteceu na Palestina: "A IS é contra todos os muros, de Berlim e da Palestina, porque eles não protegem

os povos. Separam-nos, oprimem-nos e segregam-nos".

Condenou também o terrorismo internacional, afirmando que nada o pode justificar, nem mesmo a pobreza e a injustiça. "O terrorismo tem sempre de ser combatido com firmeza, mas é preciso olhar para o outro lado da moeda. Se não houver exclusão social, pobreza e injustiça e as sociedades forem coesas, não será fácil a ninguém recrutar terroristas", disse.

Guterres defendeu também um maior envolvimento da ONU no Iraque e a rápida devolução do poder aos iraquianos.

Por outro lado, teceu fortes críticas às políticas de subsídios agrícolas dos países europeus, dos Estados Unidos e do Japão, considerando-os "imorais e inaceitáveis". "Há hoje uma visão clara e maioritária na IS de que tem de haver uma revisão substancial da política de subsídios à agricultura dos países do norte", de forma a evitar uma distorção dos mercados internacionais que

impedem os países do Sul de se desenvolverem.

Referindo-se às recentes derrotas dos partidos socialistas na Europa Ocidental, António Guterres disse tratar-se "de um movimento pendular". "Perdemos na Europa Ocidental e ganhámos na Europa Oriental. Ocorreu como nos Estados Unidos. Uma vez ganhamos os democratas, outra ganham os republicanos. Isso faz parte da democracia. Precisamos de recuperar onde perdemos, conservar posições onde ganhámos e ter uma influência positiva no desenvolvimento de uma nova ordem mundial", afirmou.

Guterres anunciou que a IS vai assinar um acordo de "permanente cooperação" com o Partido dos Trabalhadores do Brasil, do Presidente Lula da Silva, bem como com o Partido Democrata dos Estados Unidos. Apelou também aos interlocutores da IS e aos democratas norte-americanos para que "se empenhem na via reformista, para que a globalização se transforme numa oportunidade para todos".

FERRO RODRIGUES

EUROPA DEVE SER MAIS JUSTA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Europa deve adoptar uma postura mais justa no comércio internacional para que seja possível a milhões de africanos, sul-americanos e asiáticos sair da pobreza, defendeu o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no XXII Congresso da Internacional Socialista, que se realizou em S. Paulo, Brasil, onde participou também uma delegação do PS composta pela responsável das relações Internacionais, Ana Gomes, e o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

Ferro Rodrigues co-responsabilizou a União Europeia pelo "recente falhanço de Cancun", devido à "obstinação egoísta de alguns em inviabilizar uma séria reforma da Política Agrícola Comum".

O líder do PS considera que a governação democrática está hoje confrontada com tremendos desafios que resultam do processo de globalização, pelo que defendeu um novo multilateralismo para o desenvolvimento sustentável e a segurança, o que seria um elemento essencial para reduzir o fosso entre ricos e pobres, a intolerância e a degradação do ambiente.

Para Ferro Rodrigues, um dos exemplos mais chocantes é "a avassaladora progressão da sida e da malária, matando milhões de seres humanos perante a impossibilidade de multinacionais farmacêuticas e dos governos que as protegem".

"A resposta a todos estes problemas – considerou – está no regresso à política



à escala local, nacional, regional e global assente nos valores da esquerda democrática que norteiam o nosso movimento".

Defendeu também a estabilização económica e política do Iraque, exigindo para a ONU um papel central no processo de transição e organização das eleições, a fim de acelerar a retirada das forças estrangeiras e devolver aos iraquianos a soberania do país.

Ferro Rodrigues teve também vários encontros com líderes presentes no Congresso, entre eles os presidentes Lula da Silva e Thabo Mbeki, da África do Sul.

Com efeito, a delegação do PS teve

oportunidade de discutir com Lula da Silva alguns programas sociais adoptados em Portugal, designadamente o Rendimento Mínimo Garantido. Ferro Rodrigues disse que o Presidente brasileiro demonstrou interesse pelo programa do Rendimento Mínimo, considerando que são experiências que podem ser aproveitadas no desenvolvimento de políticas capazes de responder aos problemas graves de miséria.

"É extremamente importante que o programa "Fome Zero" seja apoiado também no estrangeiro, sobretudo na Europa", afirmou.

Na sequência de um encontro com o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, o líder do PS defendeu também que o Brasil, África do Sul e Índia passem a ser membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Brasil referência para o socialismo

O Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula da Silva, tomou-se uma referência para o movimento socialista internacional, considerou o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

"Para nós é importante realizar em São Paulo o Congresso da IS, porque o PT é hoje a grande referência para o movimento internacional", disse Carlos César, defendendo também que seja revisto o papel da ONU e o comércio internacional se torne mais justo.

LULA DA SILVA

ONU TEM DE SE ADAPTAR AO MUNDO ACTUAL

A ONU deve ajustar-se à nova realidade mundial e dedicar-se a construir a paz no mundo, defendeu o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, na abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista.

"A ONU tem de ser reformada, especialmente o Conselho de Segurança e os seus organismos voltados para discutir os problemas económicos e sociais, defendeu, preconizando também um comércio internacional equilibrado.

Lula da Silva que foi eleito há um ano Presidente do Brasil, disse acreditar que o facto de ter ganho as eleições não foi um vitória pessoal, do partido ou de um cidadão, mas sim o "culminar de um movimento de massas que soube juntar por 30 anos o que pensam os maiores grupos e a própria sociedade".

Já à margem do Congresso, o Presidente Lula da Silva defendeu a necessidade da IS se abrir mais aos países do terceiro mundo. Segundo um assessor do presidente, o desejo de uma maior abertura da IS, "faz também parte da política externa do Governo do Brasil, que defende, entre outros aspectos, a aproximação com países em desenvolvimento como a Índia e a China, e um fortalecimento das negociações comerciais na América do Sul". Referindo-se à última reunião da Organização Mundial do Comércio em Cancun, disse que a França e a Itália "estão a compreender que adoptar medidas proteccionistas, ainda que num primeiro momento possam parecer uma defesa dos interesses nacionais, na realidade têm um efeito negativo no funcionamento dos organismos multilaterais".

MÁRIO SOARES PRESIDENTE HONORÁRIO

Com a reeleição de António Guterres para a presidência da Internacional Socialista, foi igualmente reconduzido no cargo de secretário-geral o chileno Luís Ayala. Mário Soares mantém-se também como um dos 14 presidentes honorários da organização, lugar que ocupa desde 1999.

A nova direcção da IS inclui vinte e cinco vice-presidentes, entre os quais se destacam Massimo D'Alema (Itália), Tony Blair (Inglaterra), Gerhard Schroeder (Alemanha), Costa Simitis (Grécia), François Hollande (França), Shimon Perez (Israel), Helen Clark (Nova Zelândia) e Ricardo Nunez (Chile).

Entre os presidentes honorários, destaque para Leonel Brizola (Brasil), Pierre Mauroy (França), Alán García (Peru), Philippe Busquin (Bélgica), Anita Gradin (Suécia), Anker Jorgensen (Dinamarca), Ruben Berrios (Porto Rico).

HELENA ROSETA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

PASSAR À OFENSIVA

Ferro Rodrigues ao colocar nas mãos da Comissão Política a sua continuação à frente dos destinos do PS teve uma atitude muito digna e extremamente democrática, considera Helena Roseta em entrevista ao "Acção Socialista". Para a deputada socialista, o processo Casa Pia, antes de mais, trouxe à tona problemas importantes relativos à concretização do próprio Estado de Direito. Por isso, defende que o PS deve passar à ofensiva e transformar a situação das escutas telefónicas e do excesso da prisão preventiva em questões nacionais e de regime.

Concorda com a atitude de Ferro Rodrigues de colocar nas mãos da Comissão Política a sua continuação na liderança do PS?

Acho que foi uma atitude muito digna e, sobretudo, ele fê-lo em termos de não constranger ninguém a dizer aquilo que pensava com toda a sinceridade. Como havia nos jornais, nos "media" em geral, uma quantidade enorme de notícias a falar em sucessores e em pessoas que queriam substituir o secretário-geral, aquele era o momento para os eventuais ou candidatos a sucessores dizerem: Ferro sai, estás a mais, e vamos desencadear um processo de substituição. Ninguém o fez. Portanto, se alguém pensava que tinha chegado a sua altura, pensou mal. O que Ferro Rodrigues fez foi devolver a um órgão directivo do partido uma questão que é de todos. E Ferro Rodrigues fez isso com muita dignidade.

Ao contrário de certos comentadores, nomeadamente os da direita, não vê qualquer fragilidade de liderança nesta atitude de Ferro Rodrigues?

Na situação que se vive no PS, ou uma pessoa se demite ou resiste. Ferro Rodrigues entendeu que não podia tomar esta decisão, interior e pessoal que só ele a pode tomar, sem primeiro ouvir as pessoas. E isso acho que ele fez muito bem. Ele não foi pedir às pessoas se devia continuar ou demitir-se. Essa decisão ele toma-la à sempre em consciência. O que ele foi pedir às pessoas foi que se pronunciassem sobre o que é que ele devia fazer, que lhe dessem uma opinião, que lhe dessem um conselho. Acho que é profundamente democrático e legítimo que um líder peça conselho. Estamos no Partido Socialista, não num partido qualquer, em que existe entre nós todos uma vontade de sermos solidários uns com os outros e partilhar as coisas em colectivo. Em minha opinião, sublinho, foi extremamente democrático aquilo que ele fez.

Na semana passada, num artigo que publicou num dos principais jornais diários, pronunciou-se sobre a "clarificação necessária". O que entende por clarificação da situação do PS?

Há uma clarificação externa e outra

interna. Quanto à clarificação externa, dentro do PS temos que ter uma ideia muito clara sobre o que é que está a acontecer. Eu sou de opinião que aquilo que sucede, a pretexto do processo Casa Pia, é uma campanha pessoal e muito violenta contra o secretário-geral do PS, pelo menos desde a altura em que foram feitas as divulgações das escutas telefónicas, com insistentes pedidos e manchetes a dizer que o Ferro tinha de se demitir. Há inequivocamente uma questão política visando o secretário-geral. Penso que o PS não pode ignorar essa campanha e tem que reagir à altura. Essa é a primeira clarificação que se devia fazer. A segunda clarificação é de dentro para fora e que consiste em esclarecer a Comunicação Social, e através dela os cidadãos, de que há regras em democracia e que quem tem o poder para escolher secretários-gerais ou para os substituir são os militantes do PS através dos órgãos próprios do partido. Não são as manchetes dos jornais, nem as televisões nem as rádios, por muita campanha que façam, que têm esse poder. Isto tem que ficar muito claro, porque se nós não tornamos isto claro a democracia torna-se inabitável.

O recurso a um Congresso extraordinário corresponderia, do seu ponto de vista, à forma adequada para a resposta a essa clarificação, na linha do que foi sugerido por Manuel Alegre e Manuel Maria Carrilho?

Não sei se seria a solução ideal e é difícil desencadear todo esse mecanismo. O que digo é que em última análise, acima dos órgãos directivos do Partido estão sempre os militantes. Estou aqui a colocar uma questão de princípio. Quem manda no PS são os seus próprios militantes através do órgão máximo que é o Congresso. Se houver dúvidas, em última instância, tem que ser esse órgão a decidir.

O que dever então ser feito, como aliás propõe, para ouvir e esclarecer os militantes?

Foi feita uma proposta na Comissão Política que achei relevante no sentido de que todos os membros da Comissão Política se disponibilizassem para ir pelo País, através das concelhias, contactar os militantes, os simpatizantes e eleitores



Estamos no Partido Socialista, não num um partido qualquer, em que existe entre nós todos uma vontade de sermos solidários uns com os outros e partilhar as coisas em colectivo.

do PS que possam estar interessados nesse debate para debatermos essas questões, não só do PS mas também as do País. Não é só o Secretariado ou os seus membros que têm essa obrigação, São todos os eleitos para os órgãos dirigentes que tem essa responsabilidade, e que devem estar disponíveis para serem chamados e darem o seu apoio através de artigos que escrevam para os jornais ou dirigindo-se às secções para falarem com as pessoas. Trata-se, portanto, de ouvir aquilo que são neste momento as preocupações dos militantes.

Em sua opinião qual é o "golpe de asa", digamos assim, que falta para fazer evoluir positivamente o partido?

Foi o Manuel Alegre quem falou em "golpe de asa". Ele é que saberá no que é que estava a pensar quando falou nisso. Mas eu penso que a questão essencial é o nós percebermos que acima das questões partidárias estão os problemas nacionais. Temos que ser capazes de dar uma dimensão nacional à luta que estamos a travar. Não podemos deixar-mos fechar em questões que a uma certa altura já são muito pouco fluídas e que estão relacionadas com questões pessoais. Não nos podemos deixar conduzir nessa matéria, temos que falar em termos nacionais. E em termos nacionais as grandes prioridades são as relativas ao Estado de Direito. Não há dúvida nenhuma que todo este processo da Casa Pia levantou e trouxe à tona problemas na concretização dos direitos dos cidadãos em matéria de Estado de Direito. Essa é uma batalha que o Partido Socialista não pode deixar de travar e não podemos reduzi-la a saber se a facção A ou B acham que foi uma cabala ou não. Isso é ridículo. Há questões do Estado de Direito que foram visivelmente violadas à vista de toda a

gente. Refiro-me às escutas telefónicas, ao excesso de prisão preventiva, etc. O golpe de asa consiste em passar a uma ofensiva clara para questões que são nacionais e até de regime.

Na linha ofensiva, mas agora no combate ao Governo, como tem visto as sucessivas crises que têm abalado o consulado de Durão Barroso, desde as demissões de Isaltino Morais, Pedro Lynce, Martins da Cruz, passando pelo mais recente episódio do ultimato ministro do Ambiente ao Primeiro-Ministro?

É nestas crises todas que nós verificamos que para além do PS não ter estado sempre na ofensiva como devia, até porque houve alguma confusão sobretudo aqui no Grupo Parlamentar entre estar na Oposição e continuar com a memória do Governo anterior. Na minha opinião muitas vezes escolhem para intervir nas matérias pessoas que foram os anteriores responsáveis sobre essas mesmas matérias, o que não é a melhor solução. E não é porque se virou a página. O Governo anterior já foi julgado, e temos que diversificar os protagonismos. Para além disso, o que sinto com as crises e as dificuldades do Governo é que há de facto uma comunicação social que usa dois pesos e duas medidas. E, portanto, relativamente a deputados que tenham eventualmente problemas com a justiça, há um tratamento que é dado ao Paulo Pedroso e há outro que é dado a deputados do PSD com problemas com a justiça que praticamente passam despercebidos nas páginas dos jornais. Estou a falar de situações como as do deputado Cruz e Silva de Águeda, entre outras.

Mas como é que o PS pode aí intervir se não pode nem deve interferir na linha editorial dos

órgãos de Comunicação Social?

O PS não pode nem deve interferir na linha editorial das rádios, das televisões e dos jornais. Agora, o PS pode e deve reagir aos factos e à maneira como eles são relatados com a sua própria posição e com a sua própria ofensiva. E, muitas vezes, essa reacção não existiu. Há coisas que bradam aos céus. Não posso compreender, por exemplo, como é que é possível que não haja uma indignação na opinião pública com o caso muito particular da deputada Maria Elisa que tem neste momento três lugares. Como é se pode achar normal que uma senhora possa ser ao mesmo tempo deputada, jornalista na televisão pública e assessora de uma embaixada portuguesa no estrangeiro. Isto é uma situação de privilégio inaceitável e inconcebível em democracia. Mas porque é que isto não é denunciado? Eu tive a tristeza de ver o líder do meu Grupo Parlamentar achar que isso era tudo um problema de invejosos em relação à Maria Elisa. Por favor, vamos lá pôr os pontos nos is.

Essa situação da deputada Maria Elisa é um verdadeiramente escândalo político...

Eu considero que é. Não pela pessoa em si. A Maria Elisa é uma pessoa séria e competente. Mas não é aceitável que haja para qualquer deputado um tratamento de privilégio. Passam a vida a dizer que o PS pediu tratamentos de privilégio para Paulo Pedroso, e o Paulo Pedroso esteve na cadeia, não foi privilégio nenhum, foi tratado como um cidadão comum. Agora aqui sim, há uma situação de privilégio, e ela não é atacada como tal

Qual o seu comentário em relação à nossa situação económica, na semana em que as projecções de Outono da União Europeia revêem em baixa os principais indicadores para Portugal.

O remédio corre o risco de matar o doente. É de tal maneira obsessiva a questão do aperto orçamental que estamos a apertar já não o orçamento mas a economia do País. Isto é da maior gravidade. Toda a gente já percebeu que eles fizeram uma campanha eleitoral a dizer que não nos estávamos a aproximar da Europa, que eles é que nos iam pôr a aproximar da Europa, e estamos há dois anos com um Governo que em vez de convergir cada vez diverge mais. E quando é criticado diz que a culpa é dos anteriores. Cito o que acabei de ouvir ao Jorge Coelho aqui no Parlamento, então se o PS era assim tão mau porque é que os resultados são agora ainda piores? Porque é que o Governo não é capaz de fazer melhor? É porque provavelmente as políticas que se estão a usar não são as melhores. Esta é que é a questão. Penso que o próprio Presidente da República, com grande sabedoria e elegância, chamou a atenção para isso na entrevista que deu ao canal público de televisão. De facto, o mais grave disto tudo é que nem sequer temos a certeza de que, como disse Jorge Sampaio, depois destes apertos todos a questão orçamental está resolvida. E não vai estar porque depois no final do ano haverá expedientes para cobrir a receita que falta.

JORGE COELHO ACUSA GOVERNO DE TER FRACASSADO EM TODOS OS OBJECTIVOS

Aplaudido de pé pela bancada socialista no seu regresso às intervenções na Assembleia da República, Jorge Coelho disse que a "promessa eleitoral mais forte" do Governo, o combate às listas de espera nos hospitais, se transformou, infelizmente, no seu "maior fracasso", adiantando que, segundo números oficiais, hoje há, no total, "mais de 150 mil pessoas em lista de espera, ou seja, mais 27 mil pessoas do que quando o programa começou, o que corresponde a um aumento de 20 por cento".

O deputado do PS, ao intervir no PAOD no passado dia 30 de Outubro, acusou o Governo de ter "fracassado" em todos os seus objectivos, a começar pela consolidação orçamental, salientando que esse "objectivo cego", sem uma política económica e um enquadramento correctos, "fez parar o investimento, promoveu o fecho de empresas, fez aumentar o desemprego, fez diminuir o poder de compra dos portugueses e fez-nos estar cada vez mais longe dos nossos parceiros europeus".

Também a insensibilidade do Executivo de direita face ao "avolumar dos problemas sociais" no País foi alvo de duras críticas de Jorge Coelho. "O que vemos é o Governo avançar com medidas lesivas para os mais fracos e os mais pobres", disse, apontando como exemplos a descida real das verbas destinadas ao Rendimento Social de Inserção, o menor esforço de crescimento com as pensões dos últimos quatro anos



e a manipulação da opinião pública no que respeita aos desempregados.

"Este é, na realidade, um Governo sem políticas sociais sérias e em que as pessoas são tratadas novamente como autênticos números", acusou, acrescentando que "ao contrário do que deve ser a função do Estado, de garantir maior justiça fiscal e a promoção da igualdade de oportunidades o que se está a verificar é o agravar das diferenças sociais e económicas e a criação de uma sociedade mais injusta".

Como é possível?

Perante o "agravamento acelerado da qualidade devida de milhões de portugueses", o parlamentar socialista perguntou: "Como foi possível chegar a

500 mil desempregados? Como é possível haver 150 mil pessoas em lista de espera? Como é possível, perante a crise económica e social em que se vive, não haver políticas sociais activas? Como é possível não se combater eficazmente a evasão fiscal? Como é possível ter-se prometido tudo a todos e não dar quase nada a ninguém?". Referindo que o Governo ainda está a tempo de arrear caminho e "mudar radicalmente esta política neoliberal e anti-social que está a conduzir Portugal e os portugueses a uma vida cada vez mais difícil", Jorge Coelho garantiu que "contra essas políticas", o PS "mobilizará os portugueses e procurará encontrar com eles soluções alternativas que façam o País ter um rumo de desenvolvimento, de modernidade e de progresso".

DEPUTADOS SOCIALISTAS COLOCAM PROBLEMAS DA SAÚDE NA AGENDA

As questões da saúde estão permanentemente na ordem do dia um pouco por todo o País. Atentos a esta realidade os deputados socialistas abundantes vezes questionam o Governo sobre problemas que se colocam nos diversos distritos.

Em Viseu, é o Hospital de S. Teotónio que centra as atenções, uma vez que a instituição continua sem administração, não possui contrato-programa assinado, e está sem orçamento, com a agravante das listas de espera continuarem a aumentar.

Esta situação motivou justamente um requerimento ao ministro da Saúde, de quem os deputados socialistas José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal esperam respostas e soluções. Já no Alto Minho são as urgências do Centro Hospitalar que preocupam os eleitos socialistas pelo círculo de Viana do Castelo. Nomeadamente o facto das grávidas terem de se deslocar ao Porto para terem os seus bebés.

Situação incompreensível que leva os deputados Marques Júnior, Rosalina Martins e Fernando Cabodeira a exigir também uma resposta.

Um pouco mais a Sul, no concelho de Matosinhos, é o Centro de Saúde de Leça do Balio que está na base de um outro requerimento, desta vez subscrito pela deputada Paula Cristina Duarte.

A parlamentar quer ser esclarecida sobre os motivos que justificam a falta de decisão do Ministério da Saúde, passados seis meses sobre a adjudicação da obra de



construção do Centro de Saúde posta a concurso pelo próprio ministério.

Gestão política da Saúde no Algarve

Na região algarvia o Governo está a gerir politicamente o sector da Saúde. A denúncia é da Federação do PS, que acusa ainda o Executivo de direita de se limitar a inaugurar equipamentos hospitalares sem referir que os projectos foram lançados durante os executivos de António Guterres.

Em comunicado, o PS/Algarve afirma que a recente inauguração das unidades cardiológicas do Hospital de Faro e de internamento do Centro de Saúde de Silves, em Outubro, foi feita "sem qualquer referência ao facto de terem sido

obras lançadas, postas a concurso e executadas durante o Governo socialista".

A Federação considera ainda que o Governo PSD/PP se limitou a inaugurar obras "que não eram suas", procurando esconder dos cidadãos que "passados mais de 18 meses de governação tudo continua parado ou adiado".

Os socialistas acusam o Governo de estar constantemente a apresentar projectos na área da Saúde que "ora se anunciam, ora se adiam", e apontou como exemplos o Hospital Central do Algarve, o Plano Director Regional de Saúde e o Laboratório de Saúde Pública.

"Um ano e meio de governação é pouco tempo para fazer muito, mas é muito tempo para fazer tão pouco", conclui o PS/Algarve.

COMBATE À FRAUDE FISCAL

PS APRESENTA PROJECTO-LEI SOBRE CRUZAMENTO DE DADOS

Assegurar a cooperação e coordenação entre os organismos de controlo da Segurança Social e os órgãos da administração tributária, para um eficaz combate à fraude fiscal, é o objectivo central de um projecto-lei apresentado pelo PS na Assembleia da República, cumprindo assim "construtivamente as suas funções de oposição", conforme sublinhou o deputado João Cravinho.

O diploma socialista prevê a criação de um Grupo Permanente de Ligação entre os organismos de controlo da Segurança Social e os órgãos da administração tributária, no domínio do acesso e tratamento da informação relevante para as acções de investigação inseridas no âmbito das respectivas competências, tendo em vista o "eficaz combate à fraude e demais ilegalidades nas respectivas áreas de intervenção de forma articulada".

O projecto-lei socialista, apresentado por João Cravinho, prevê também que o "sistema de consultas" seja sujeito à fiscalização da Comissão Nacional de Protecção de Dados, que deverá apresentar um relatório anual de actividades ao Governo e ao Parlamento.

No preâmbulo do diploma, refere-se que foi "totalmente desprovida de fundamento" uma afirmação recente da ministra das Finanças, acusando a Comissão Nacional de Protecção de Dados de ter "causado dificuldades" à concretização de uma lei semelhante pelo Governo.

Segundo o PS, a realidade é que "o Governo nunca estudou ou propôs um sistema que incentive ou assegure a cooperação entre os organismos de controlo da Segurança Social e os órgãos da administração tributária". Tal instrumento, sublinha ainda o PS, "pode ser instituído com eficácia e pleno respeito pelos direitos, liberdades e garantias".

DEFESA

FUTURO DA BASE DAS LAGES PREOCUPA SOCIALISTAS

Miranda Calha quer saber se no recente encontro de ministros da Defesa dos 19 países membros da NATO, realizado nos Estados Unidos da América, "foi apresentada alguma iniciativa com impacto em Portugal relacionada com a Base das Lages".

O deputado socialista exige que o Ministério da Defesa Nacional faça conhecer a sua posição sobre esta matéria, caso ela tivesse sido efectivamente abordada.

Segundo a Imprensa internacional, nesta reunião informal terá sido feito um anúncio pelo secretário de Estado da Defesa norte-americano de um programa de encerramento de parte das bases militares que mantêm na Europa e noutros países do mundo, tendo em vista a reorganização das respectivas forças armadas.

DUPLA TUTELA PARA UNIVERSIDADES DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores propôs a "dupla tutela em algumas áreas" para as universidades das regiões autónomas, no âmbito do projecto de lei do PS que estabelece as bases da autonomia dos estabelecimentos de ensino superior público.

A comissão de Assuntos Sociais, que deu parecer favorável à proposta socialista apresentada na Assembleia da República, decidiu introduzir alterações que prevêm que a "dupla tutela" entre os governos de Lisboa e das regiões autónomas inclua os estatutos, património e criação de novos cursos nas universidades dos Açores e Madeira.

Segundo o socialista Francisco Sousa, presidente da comissão parlamentar, essa medida vai permitir que os Executivos da República e regionais "tenham de se entender" nas questões em que a tutela passa a ser dividida. Francisco Sousa apontou o exemplo da alienação de património dos estabelecimentos de ensino superior das ilhas, que passa a deixar de estar apenas na "responsabilidade" do Ministério do Ensino Superior.

O deputado socialista realçou que a proposta da Assembleia Regional não abrange o financiamento das universidades, uma área que os parlamentares consideraram ficar "dependente exclusivamente do Governo da República".

SÁTÃO

SOCIALISTAS RECLAMAM CONSTRUÇÃO DE ESCOLA BÁSICA INTEGRADA

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Viseu questionaram o Governo sobre a construção da escola básica integrada do Sátão, que foi alvo de um protocolo celebrado há mais de um ano.

Num requerimento apresentado na Assembleia da República, os deputados Ana Benavente, José Junqueiro e Miguel Ginestal lembram que a Direcção Regional de Educação do Centro e a Câmara do Sátão celebraram, a 9 de Outubro de 2002, um acordo de colaboração com vista à construção da escola, que teria 24 turmas.

"A mesma Direcção Regional de Educação, que se havia comprometido com a câmara municipal, veio informar que, afinal, não ia ser construída a nova escola, uma vez que o acordo de colaboração não havia sido homologado pelo secretário de Estado da Administração Educativa", acrescentam.

Os deputados socialistas sublinham que há muito que a população do Sátão, a Junta de Freguesia, os encarregados de educação e o pessoal docente, não docente e discente da escola do 1º ciclo "têm vindo a lutar por melhores condições na prossecução dos seus percursos educativos". Por isso, querem saber "que razões levaram o Governo a não homologar esse acordo de colaboração", se tenciona reconsiderar a decisão e "como pensa o Governo colaborar na superação das dificuldades da comunidade educativa em causa".



FUTURO DAS POUSADAS DE ALMEIDA E LINHARES DA BEIRA PREOCUPA DEPUTADOS

As notícias sobre a situação da Pousada da Srª das Neves, localizada em Almeida motivaram a entrega de um requerimento na Mesa da Assembleia da República pelos deputados socialistas Fernando Cabral e Pina Moura.

No documento, dirigido ao ministro da Economia, os parlamentares do PS lembram que enquanto algumas notícias referem que "o encerramento da Pousada da Srª das Neves é inevitável, outros falam numa venda que poderá ocorrer a curto prazo".

Fernando Cabral e Pina Moura lembram ainda que esta Pousada está localizada junto da principal porta de entrada e saída para a Europa em termos rodoviários para além de ser considerado um dos espaços mais atractivos da rota das Aldeias Históricas.

Perante a contradição das informações, os deputados socialistas querem saber qual o futuro que o Governo reserva para a Pousada Srª das Neves.

Entretanto, Fernando Cabral e Pina Moura dirigiram outro requerimento ao ministro da Economia a pedir esclarecimentos sobre se a Pousada de Linhares da Beira, tal como estava previsto vai integrar a rede de Pousadas de Portugal.



GOVERNO SEM CRITÉRIO PARA CLASSIFICAR ÁREAS E SECTORES DEPRIMIDOS

A exclusão do Alto Minho do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD), ultrapassado por regiões com índices de poder de compra superior, foi recebida com "profunda estranheza e preocupação" pelos deputados do PS eleitos por Viana do Castelo.

Por isso, os deputados Marques Júnior, Rosalina Martins e Fernando Cabodeira dirigiram um requerimento ao primeiro-ministro, solicitando esclarecimentos sobre quais os critérios que levaram à exclusão de uma região com níveis de desenvolvimento de interior, nomeadamente no índice de poder de compra. No documento, os parlamentares sublinham que a região do Alto Minho foi classificada como a quarta pior classificada no índice de poder de compra, 64 por cento no ranking nacional, muito abaixo dos 75 por cento exigidos como parâmetro de inclusão do PRASD.



Entretanto, também os deputados do PS eleitos pelo círculo de Faro querem saber porque é que parte do interior algarvio e vastas zonas do Barrocal ficarão excluídas do mapa das áreas territoriais a justificar uma intervenção de discriminação positiva. Num requerimento dirigido ao ministro da Economia, os deputados José Apolinário, Jamila Madeira, Luís Carito e Maria do

Rosário Carneiro pedem esclarecimentos sobre "qual é exactamente o mapa de intervenção territorial no Algarve do Programa para a Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos" e ainda "que respostas pretende o actual Governo desenvolver no sentido de promover a dinamização da base económica das áreas mais desfavorecidas do Algarve".

PS QUER SECRETARIA DE ESTADO DAS FLORESTAS NO PINHAL INTERIOR

Os deputados do PS eleitos por Castelo Branco juntaram-se à Federação de Leiria, manifestando o seu apoio à instalação da nova Secretaria de Estado das Florestas no Pinhal Interior, onde se localiza a maior mancha florestal do País. Manifestando o seu acordo em relação à iniciativa do Governo de criar aquela estrutura, os deputados consideram que a Secretaria de Estado deve ser localizada mais perto desta região, classificada como uma das mais pobres do País, de acordo

com os resultados do "Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos".

"Esta zona é das mais atrasadas do País em termos económicos e a exploração da floresta representa o único modo de produção desses concelhos", consideram os deputados num requerimento entregue no Parlamento, salientando que Durão Barroso tem agora uma "boa oportunidade para concretizar a promessa" de "descentralização e desconcentração de

serviços públicos".

Para o PS, faz todo o sentido que este novo organismo do Governo esteja "localizado junto das áreas produtivas e estas resumem-se a poucos concelhos do País". "A localização num dos concelhos de Pinhal do Distrito de Castelo Branco representaria não só um apoio ao seu desenvolvimento, mas era também um sinal de determinação do Governo na solidariedade que lhe compete com as áreas áridas", referem.

CÂMARA DE TONDELA DEVE SER INSPECCIONADA

José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal dirigiram um requerimento ao Governo exigindo, com carácter de urgência, inspeções às finanças da Câmara Municipal de Tondela, na sequência do desfalque ocorrido naquela autarquia.

Em causa estão notícias recentes, segundo as quais o desfalque atingirá o valor de um milhão de euros, facto que, a confirmar-se, "adensa o clima de preocupação pública sobre a matéria". No documento, os deputados socialistas afirmam não compreender como é possível que "o Governo não mande inspeccionar uma autarquia onde desapareceu, para já, cerca de um milhão de euros" e onde

"onde ficou provada a ausência de mecanismos de controlo de gestão que pudessem ter evitado uma situação tão penalizadora do interesse público".

Os parlamentares do PS consideram que, "a manter-se esta inação, o Executivo PSD/PP não está a ajudar nem a defender a autarquia de Tondela, todos os seus autarcas e os bens públicos, nem estará a controlar e verificar o cumprimento da lei como lhe é imposto pela sua tutela de legalidade".

Traçado do IP5 no concelho de Viseu tem que ser definido

A definição do traçado do IP5 entre

Boaldeia, Viseu e Mangualde foi objecto de um outro requerimento da autoria dos mesmos deputados dirigido ao ministro das Obras Públicas Segundo os deputados eleitos pelo círculo de Viseu o referido troço já leva mais de ano e meio de atraso, o que "põe em causa o cumprimento da data prevista para a conclusão da obra, Setembro de 2005).

José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal querem saber qual é a decisão governamental sobre o traçado final no concelho de Viseu e ainda quanto vai custar o atraso e as eventuais alterações a este troço do IP5.

EURO-2004

GALAMBA QUESTIONA EXECUTIVO SOBRE BONIFICAÇÃO DE JUROS PARA AUTARQUIAS

O incumprimento pelo actual Governo do pagamento dos montantes correspondentes à bonificação dos juros dos empréstimos contraídos pelas câmaras municipais de Aveiro e Leiria para construção e requalificação de estádios de futebol destinados ao Euro-2004, foi o assunto que esteve na origem

de um requerimento do deputado socialista António Galamba.

No documento enviado ao primeiro-ministro, o parlamentar do PS quer saber quando é que o Governo pretende corresponder aos compromissos assumidos e ao esforço desenvolvido pelas autarquias locais responsáveis

pela construção de estádios para o Euro-2004, dotando as Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR) do orçamento necessário para suporte dos montantes da bonificação dos juros dos empréstimos contraídos, a que o Estado português se comprometeu com os promotores.

EDUCAÇÃO

RETROCESSO NA QUALIDADE DO ENSINO

Desde que a direita chegou ao poder a qualidade do ensino em Portugal tem vindo a degradar-se. O exemplo máximo do caos e desregulamentação em que vive o sector está bem patente na forma como foi feita a colocação de professores, processo ainda por concluir.

Esta e outras denúncias têm sido incansavelmente feitas pelos PS, de norte a sul do País. Em Santarém, a deputada Ana Benavente mandou uma mensagem clara ao Ministério da 5 de Outubro: "Se a proposta de Lei de Bases da Educação, já aprovada na generalidade e em discussão na especialidade, não for substancialmente alterada, o PS votará contra".

É que a dirigente socialista considera "fundamental" uma "mudança assente na confiança nas novas orientações", o que realmente não acontece.

Ao participar numa sessão de trabalho organizada pela Federação do PS de Santarém, a antiga secretária de Estado manifestou profunda preocupação face ao retrocesso verificado na educação em Portugal, acusando Governo PSD/CDS-PP não só de permitir toda esta situação, mas sobretudo de a promover. É que, no sector educativo vive-se o "salve-se quem puder", apontou, defendendo de seguida que esta área vital para o desenvolvimento nacional carece de uma avaliação e de uma orientação prospectivas e sustentadas. O exemplo claro da "desorientação reinante", segundo o PS/Santarém, reside no facto de, passado mais de um mês sobre o arranque do presente ano



escolar, "dezenas de turmas e algumas centenas de alunos continuarem sem ter aulas a várias disciplinas". Assim, para os socialistas, "este foi o pior início de ano lectivo da década

neste distrito".

Para Fernanda Asseiceira, responsável pelo pelouro da Educação da distrital de Santarém, os dois últimos anos ficaram marcados por "graves recuos"

no ensino nacional, numa altura em que a formação e a qualificação das pessoas devem ter prioridade para bem de todos.

Longe vão as promessas de uma educação de excelência, "vendidas" a troco de uma certa tolerância perante cortes orçamentais cegos, por exemplo, no ensino superior. Assim o denuncia, em comunicado, a Secção de Educação da distrital de Braga.

Os socialistas bracarense estão preocupados sobretudo com o problema do empobrecimento sucessivo do corpo docente, motivado pela fuga de quadros das universidades públicas como resposta a uma política financeira asfíxante e desmotivante.

"São professores sem incentivos que, ao teimarem em continuar a pensar nos alunos, vão iludindo e suprimindo um sistema caótico", lê-se no documento da federação bracarense, onde se classifica esta problemática como sendo "estrutural" e fruto da acção de uma "corporação estranha", que não hesita em usar ameaças e fortes pressões, inclusive à margem da lei geral do trabalho, para levar a sua estratégia avante e que em nada procura a tão prometida qualidade, marchando "ao ritmo da canonizável contenção do défice orçamental".

Por sua vez, os camaradas da Federação de Coimbra chegam mesmo a questionar se a tutela não estará a tentar acabar com a educação pública em Portugal".

Lembrando a intempestiva e irresponsável ideia dos "agrupamentos esco-

lares", a Secção de Educação da distrital conimbricense do PS acusa a tutela de trazer para o ano lectivo de 2003/2004 o caos na gestão e na colocação dos docentes, ao mesmo tempo que assinala as consequências nefastas para o ensino dos atrasos daí decorrentes.

Num comunicado divulgado no passado dia 24 de Outubro, os socialistas de Coimbra denunciam a confusão e as arbitrariedades geradas pelos concursos internos para preenchimentos de lugares em aberto, onde, acusam, "deixou-se a porta aberta a todos os compadrios".

"Assim se agravam as consequências negativas da anterior decisão de introduzir novos programas no 10º ano, mantendo as vagas curriculares antigas", frisam no documento, onde também questionam a oportunidade de se exigir dos professores relatórios de todo o trabalho realizado ao longo do ano e denunciaram as "entradas de leão" do ministro que promete rigor e disciplina quando, na realidade, apenas adia as verdadeiras soluções.

O PS/Porto, por sua vez, fez questão de recordar, em comunicado, algumas das promessas do Executivo por contraposição ao que tem sido a prática política do Ministério da Educação.

"A verdade, a transparência, o rigor, a solidariedade social e a qualificação continuam a ser as melhores referências para a qualidade do sistema educativo", pelo que "quem as ignora e atropela não pode merecer confiança", concluíram.

M.R.

TERMINAL XXI

IMPASSE INTOLERÁVEL NUM PROJECTO FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O Terminal XXI do porto de Sines, no qual foram investidos até agora 137 milhões de euros, está pronto a funcionar desde 15 de Maio, mas ainda não recebeu um único navio. Uma situação que leva o deputado do PS e antigo secretário de Estado da Administração Portuária e Marítima, José Junqueiro, a acusar o Governo de "pôr em risco" um projecto internacional de grandes dimensões que "vai ser tão importante para o País como a Autoeuropa".

Laçado em 1999 pelo Governo do PS, o projecto do terminal de contentores, concessionado a uma empresa de Singapura, a PSA Corporation, encontra-se actualmente num impasse. Uma situação que, segundo referiu José Junqueiro ao "Acção Socialista", se deve ao facto de ter havido "uma interrupção no diálogo negocial e no bom entendimento das partes (administração do porto de Sines/Governo e PSA), no acompanhamento e concretização do projecto em todas as suas vertentes e, principalmente, nos seus compromissos".

O deputado do PS refere ainda que "o Governo permitiu que se pusesse em



causa o contrato de concessão e mostrou dúvidas sobre o mesmo", salientando que "as últimas afirmações do secretário de Estado da Tutela, na revista 'Focus', vieram, mais uma vez, lançar a desconfiança e o descrédito sobre o projecto. Aliás, nomeou uma administração para o porto de Sines, presidida por uma pessoa ligada ao principal grupo nacional que contestava o contrato estabelecido".

Para além disso, "não contribuiu de forma activa para o cumprimento de matéria de infra-estruturas rodoviárias, essenciais à afirmação do Terminal XXI. O IPB está na fase de pré-projecto e a linha de caminho-de-ferro dedicada a transporte de mercadorias, Sines-Badajoz, com ligação a Madrid, já derrapou para 2010, apesar da pressão da comissão europeia para os Transportes, Loyola de Palacio".

Quanto às medidas necessárias para que o projecto comece a ser explorado, José Junqueiro considera que "o Governo e a administração do Porto de Sines têm que se definir com verdade.

Têm que mostrar que acreditam, têm confiança no parceiro escolhido, enfim, retomar um clima de confiança que tinha sido criado. Têm que demonstrar que a PSA foi o melhor parceiro que se podia ter encontrado para implementar um projecto desta grandiosidade e natureza".

O deputado do PS não poupa elogios às "potencialidades" desta infraestrutura que reflecte também o rasgo dos socialistas em projectarem obra para o futuro. "O porto de Sines é um capital de reserva extraordinário em termos de futuro, no que respeita, principalmente, à baldeação de contentores. É que hoje em dia já se discute a necessidade de porta-contentores com capacidade para transportarem 8000 ou até 12.000 TEUS (os chamados *Mallacamax*)", refere. Por outro lado, explica, "sendo um porto de águas profundas com uma posição geoestratégica ímpar, Sines pode satisfazer esses tráfegos num eixo transoceânico Norte/Sul e Este/Oeste, numa altura em que os portos do Norte da Europa, principalmente Roterão, se encontram muito congestionados".

J.C.C.B.

ANÁLISE DISTRITAL DO PIDDAC



BEJA

DESMASCARAR O TRUQUE DOS COMBOIOS

O Governo está a enganar os bejenses, imputando-lhes, no PIDDAC para 2004, 36 milhões de euros para a execução de uma ligação ferroviária que irá de Sines a Badajoz e cujo traçado vagamente passará pelo distrito.

Assim, o presidente da Federação socialista, Luís Ameixa, denuncia o que considera ser "um logro" e, em declarações ao "Acção Socialista", não deixa passar o que classificou como "truque dos comboios".

"O PIDDAC tem vindo tendencialmente a subir entre 1996 e 2002, com a governação socialista. Todavia, o anunciado crescimento para o próximo ano, na casa dos 18 por cento, é falacioso, porque contempla verbas que não são, na realidade, para este distrito", disse o líder da distrital do Baixo Alentejo, que apontou ainda para uma efectiva descida de cinco pontos percentuais no investimento, uma vez subtraído o montante em questão.

Luís Ameixa sublinhou ainda a fraca execução do programa de investimentos públicos do presente ano, que não ultrapassou os 35 por cento.



BRAGA

DESINVESTIMENTO GERA SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

O corte de 260 milhões de euros no investimento público no distrito é altamente preocupante, uma vez que deixa Braga numa "situação insustentável". O sublinhado é do deputado Fernando Moniz, que acusou Durão Barroso de implementar uma "política cega de desinvestimento" no distrito, o que se traduz, desde logo, "num contínuo crescimento do desemprego".

Segundo Moniz, aqueles 260 milhões de euros de desinvestimento no distrito resultam dos cortes de 101 milhões do PIDDAC em 2003 e de 16 milhões em 2004, e ainda do facto da execução prevista para este ano ficar-se apenas por 20 por cento.

O Programa de investimento público para 2004 reserva 241 milhões de euros para Braga, contra os 257 milhões de 2003, o que significa uma quebra de seis por cento e relega o distrito para a sexta posição no ranking nacional.

As críticas dos socialistas estendem-se também à "ausência de políticas de emprego e qualificação, nomeadamente dirigidas aos jovens, no mais jovem distrito do País, que já regista mais de 40 mil desempregados".

"Também não se vêem políticas para uma efectiva diversificação industrial, numa região fortemente dependente dos sectores ditos tradicionais", denunciou o parlamentar, falando ainda na ausência de uma estratégia competitiva no relacionamento com Espanha, nomeadamente a Galiza.



BRAGANÇA

TRANSMONTANOS VÍTIMAS DE NOVO EMBUSTE

Mais um "embuste" aos transmontanos, foi como a Federação do PS/Bragança classificou o Orçamento de Estado (OE) para 2004 que acaba com os incentivos para o interior, nomeadamente com os

benefícios de natureza fiscal às empresas.

"O Governo prepara-se para agravar a situação das empresas do interior, ao acabar com o regime especial em vigor desde 1999 e da autoria do Executivo socialista", denunciaram os socialistas bragantinos. Segundo referiram, o OE para 2004 não contempla a diferenciação, de que têm beneficiado as empresas desta região, ao abrigo deste regime, com taxas de IRC de 25 por cento, inferiores aos 30 por cento do resto nacional.

Na opinião do PS, ao baixar de forma geral a taxa de IRC para 25 por cento, "o Governo está a criar uma situação de injustiça, por não discriminar positivamente as áreas deprimidas, ao contrário do que anunciou aquando da apresentação do plano de revitalização para as áreas deprimidas".

Para os socialistas, também o Programa de Investimentos, Despesas e Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) se revela "uma grande frustração" e desilusão para o distrito de Bragança.

"Para o concelho de Carrizosa de Ansiães estão previstos 12.500 euros e para o concelho de Mogadouro 62.500 euros. Nunca isto aconteceu nos últimos sete anos", refere o comunicado.

O PS/Bragança acusou ainda o Governo de coligação PSD/CDS-PP de "não contemplar sequer verbas para obras já consignadas, como a ligação de Torre de Moncorvo ao IP2, que custará mais de 10 milhões de euros e tem consignados apenas 100 mil".

A ponte internacional de Quintanilha, que ligará o IP4 a Espanha, é outro exemplo apontado pelos socialistas.

"O lançamento da obra, até ao final do ano, já foi anunciado sete ou oito vezes e tem em PIDDAC 500 mil euros, para um obra de 17,5 milhões de euros".

Para os socialistas de Bragança, o PIDDAC 2003 é "um mau prenúncio, pois registou a mais baixa taxa de execução dos últimos cinco anos, ficando a menos de metade a sua execução".



COIMBRA

DISTRITO A DUAS VELOCIDADES

"Com este PIDDAC, o distrito [de Coimbra] cresce a duas velocidades, mas nem o litoral nem o interior resolvem os seus problemas", sustentou Vítor Baptista.

O presidente da Federação conimbricense do PS considerou "ridículas" as verbas destinadas a alguns concelhos do distrito, como Arganil (oito mil euros, cerca de 1600 contos), Condeixa (38 mil euros) Tábua, Pampilhosa da Serra e Mira (cerca de cem mil euros). De 2003 para 2004, o PIDDAC para Coimbra "baixa 19 por cento a preços correntes e mais de 21 por cento a preços constantes de 1995", o que leva o distrito a descer um lugar no ranking do Programa (passa de sétimo para oitavo lugar), seguido de Évora, que fica a "apenas 24 milhões de euros de Coimbra".

Em conferência de Imprensa, realizada no passado dia 28, a distrital socialista presidida por Vítor Baptista contestou as verbas atribuídas ao distrito no PIDDAC para o próximo ano - 171 milhões de euros. Coimbra é "o quinto distrito que mais perde" nas dotações atribuídas, comparativamente a 2003, depois de Évora, Santarém, Porto e Viana do Castelo.

Perante este cenário, o PS/Coimbra exige, pelo menos, um volume de investimentos idêntico ao previsto para o distrito de Aveiro.



ÉVORA

ABANDONO VERGONHOSO DO DESENVOLVIMENTO

A Federação de Évora do PS classificou como "vergonhosa" a proposta de PIDDAC para o próximo ano, por confirmar "o completo abandono a que o Governo do PSD votou o distrito".

"O PIDDAC, que é o principal instrumento de desenvolvimento do

interior do País, teve um significativo crescimento com as Executivos do PS, passando de 10 para 36 milhões de euros", recordam os socialistas, em num comunicado divulgado segunda-feira, onde também acusam o Executivo de direita de "desinvestimento evidente".

Em 2004 as verbas para o desenvolvimento do distrito ficar-se-ão pelos 90 milhões de euros, constatou a distrital, apontando para o facto de "este número confirmar o mais completo desrespeito do Governo" pelo desenvolvimento da região.



FARO

AUTARQUIAS LARANJA SÃO FAVORECIDAS

O PS/Algarve denuncia, em comunicado, o despudorado favorecimento financeiro de algumas autarquias laranja, acusando o Executivo de esquecer projectos já negociados e protocolados que são fundamentais para o desenvolvimento da região algarvia.

"O desassoreamento do Rio Guadiana voltou a não ser incluído no PIDDAC" e, para o rio Arade e a conclusão do porto de Cruzeiros de Portimão afectou-se "uma verba irrisória", exemplificam.

Considerando que este Executivo "sem ambição, sem rumo e sem projecto" propôs uma política orçamental para a região "que vai trazer mais desemprego e maior sofrimento para as pessoas", os socialistas apreciaram o PIDDAC e registaram que, pelo terceiro ano consecutivo, está prevista uma redução do investimento no Algarve na ordem dos 8,4 por cento, relativamente a 2003.

O Governo de direita é "insensível" e "alheio" aos problemas dos algarvios. Esta a conclusão a que chegou, no passado dia 24 de Outubro, a Comissão Política da Federação do PS/Algarve, sobre o Orçamento de Estado para 2004.

Por último, os socialistas algarvios apelaram ao primeiro-ministro para que, na Cimeira Ibérica, "não mande areia para os olhos, adiando para as próximas duas décadas a ligação ferroviária entre Lagos e Sevilha", que, apontaram, é fundamental para sustentar o crescimento de fluxos à região e criar alternativas à opção de transporte aéreo.



GUARDA

CENÁRIO NEGRO PARA O INTERIOR

A somar ao desinvestimento público, aponta Fernando Cabral, "o Governo acrescenta uma nova parcela que prejudica os investimentos privados no interior do País". É que, explicou, "os benefícios fiscais que a administração do PS tinha criado para que as empresas localizadas no distrito pagassem menos 5 por cento de IRC vão terminar por decisão do Executivo de Durão Barroso", fazendo com que a Guarda seja menos atractiva para os investidores e desenhando um "cenário negro".

As dotações previstas no próximo Orçamento de Estado para o distrito da Guarda "são más e penalizadoras do desenvolvimento socioeconómico" da região. Assim o considerou o deputado socialista Fernando Cabral, que alertou para uma singular descida de 17 por cento nos investimentos inscritos no PIDDAC para esta zona específica.

"Esta percentagem representa uma discriminação negativa para o distrito pois a ministra das Finanças anunciou uma descida no investimento público de 6 por cento no todo nacional", explicou Cabral, acrescentando de seguida que a Guarda é o segundo distrito com menos dotação, só a frente de Portalegre.

Por outro lado, o parlamentar do PS chamou a atenção para o facto de nove dos 14 concelhos da Guarda registarem uma diminuição nas verbas inscritas para investimento e para o facto de o PIDDAC para o distrito ter tido uma execução orçamental na ordem dos 37 por cento não augura nada de bom para 2004.



LEIRIA

POPULAÇÃO ENGANADA COM FALSAS PROMESSAS

Ao prometer apoios no Orçamento de Estado que não se confirmam no Programa de Investimentos, o Executivo mentiu aos residentes no distrito de Leiria.

Para a Federação do PS, o "Governo PSD/PP enganou a população pois reduz o que se propõe a investir no distrito e não investe o que prometeu em anos anteriores".

Em causa está a redução de 158 milhões de euros (inscritos em 2003) para 147 milhões de verbas estatais previstas no (PIDDAC para 2004), que os socialistas consideram um sinal de "esquecimento e desprezo" da região por parte do Governo.

Para o PS, as promessas de aumentos de apoio ao distrito feito pelo PSD não passaram de "demagogia e propaganda com fins eleitorais". Além da redução das verbas, a distrital de Leiria do PS acusou o Governo de "manifesta incompetência" na execução dos projectos previstos pelo PIDDAC.

Lamentando o facto de "metade dos concelhos do distrito verem reduzidos os investimentos do Governo em 2004", os socialistas de Leiria criticaram ainda a "ausência total de novos projectos de valor estruturante para a região".



PORTALEGRE

APENAS OBRAS SIMBÓLICAS

O PS/Portalegre está preocupado com a "fortíssima" queda das verbas afectas ao distrito no Programa de Investimentos do Estado para 2004, que regista "uma diminuição de 18 por cento" face a 2003.

Em comunicado, o presidente da distrital socialista, Ceia da Silva, adianta que o Governo afecta, no Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano, 70 milhões de euros para o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de Portalegre. "São menos 15 milhões de euros relativamente a 2003", critica o dirigente socialista, para quem não é uma surpresa o facto do seu distrito ter ficado novamente nos últimos lugares do *ranking* de distribuição de verbas do PIDDAC.

Ceia da Silva mostrou-se ainda preocupado com a não inscrição no OE de 2004 da barragem do Pisão, no Crato, e com a verba simbólica (100 mil euros) para o Itinerário Complementar 13, "que mais não pagará que os custos com a sua publicação".

"O actual Quadro Comunitário de Apoio está quase no fim e não vimos consagradas no PIDDAC para 2004 obras que consideramos estruturantes e decisivas para este distrito, ao nível das acessibilidades, desenvolvimento rural e abastecimento de água às populações", frisou.



PORTO

RETROCESSO PÔE EM CAUSA VÁRIAS OBRAS

O programa de investimento público para 2004 põe em causa a conclusão de algumas estruturas como a Casa da Música e adia outras, como tribunais, o centro materno-infantil e várias rodovias, constituindo, por isso, um "retrocesso significativo" para o distrito do Porto.

Na sequência de uma reunião da concelhia portuense do PS dedicada

à análise do PIDDAC, os socialistas garantem que as verbas destinadas à construção dos tribunais de trabalho, família e menores do Porto foram transferidas para 2005/06, atrasando estes projectos.

Quanto à Casa da Música, "tem apenas verbas inscritas até 2004, o que, atendendo às recentes notícias dando conta de que o custo total da obra teria derrapado até aos 100 milhões de euros, significa que poderá não estar garantida capacidade financeira para a conclusão de tão importante equipamento", acusa o PS.

O comunicado refere ainda que o PIDDAC obrigará a atrasos na conclusão de "quatro empreitadas fundamentais para a mobilidade no Porto", nomeadamente os nós do Mercado Abastecedor, de Francos e do Carregado, além da beneficiação da via de cintura interna (VCI).

No centro materno-infantil "já só vão ser investidos 42,171 milhões de euros, quando o valor previsto era de 63,6 milhões", referem os socialistas, que apontam ainda o dedo às obras na ribeira do Porto, que deveriam ter ficado concluídas em Julho de 2002 e que têm verbas inscritas ainda para 2004.

"Curiosamente, o PIDDAC de 2004 inclui, como putativos investimentos na cidade, obras como o IC23 (Gaia) e a Via Interior de Ligação do Porto de Leixões à Via Regional Interna (Matosinhos). Ora nenhuma destas empreitadas se localiza no perímetro urbano portuense, pelo que a sua menção apenas serve para disfarçar o desinvestimento público que a *invicta* vai sofrer", observam os socialistas, afirmando de seguida "não perceber o regozijo com que Rui Rio recebeu o PIDDAC de 2004".



SETÚBAL

ABISMO ENTRE O PROMETIDO E A REALIDADE

Para os 13 concelhos de Setúbal apenas se prevêem 20 milhões de euros de investimento, e não fora o Metro do Sul do Tejo, o distrito teria uma verba muito inferior ao PIDDAC 2003. A acusação é de Maria Amélia Antunes, presidente da Federação do PS/Setúbal, que disse haver um "abismo" entre as promessas eleitorais dos partidos da maioria e a "dura realidade" do distrito.

"Não há novos investimentos estruturantes e verifica-se um decréscimo do investimento em todos os concelhos do distrito", disse Maria Amélia Antunes, considerando que o Orçamento de Estado para 2004 "traduz uma política de desinvestimento nos equipamentos escolares, de saúde, cultura e desporto".

Em conferência de Imprensa, a líder da Federação disse que "há um abismo entre as promessas eleitorais do PSD e do CDS/PP, de mais investimento, mais emprego, melhores reformas, mais apoio aos jovens, melhor educação, melhor saúde, combate à fraude e à evasão fiscal, e a dura realidade do distrito de Setúbal, mais pobre, menos qualificado e mais deprimido".

Para além dos cortes orçamentais, os socialistas de Setúbal criticam o abandono de alguns projectos como a Escola Superior de Saúde e a Escola de Hotelaria de Setúbal, que não têm provisão no PIDDAC para 2004.

O deputado socialista Joel Hasse Ferreira corroborou as críticas de Maria Amélia Antunes e defendeu que o investimento público no distrito deveria ser superior, de forma a permitir um melhor aproveitamento dos fundos comunitários de que a região vai beneficiar até 2006.

"O distrito de Setúbal vai ser afectado por uma redução progressiva dos fundos comunitários até 2006, por estar integrado na Região de Lisboa e Vale do Tejo", disse o deputado socialista.



VIANA DO CASTELO

O DISTRITO MAIS PENALIZADO

Os 362 euros que o Programa de Investimentos do Estado para 2004 reserva para Melgaço são o exemplo "mais eloquente" do

"desprezo" com que o Governo vota o Alto Minho, acusa a Federação do PS/Viana do Castelo, que considera a proposta de Orçamento de Estado para 2004 para o distrito "uma desilusão".

"É mais um orçamento restritivo, sem estímulo ao investimento privado, sem preocupações de saneamento do desemprego galopante e redutor do investimento público necessário à animação da economia", refere o PS de Viana do Castelo.

Neste contexto global, Rui Solheiro, presidente da Federação, considera que o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o distrito merece "a mais viva contestação", uma vez que regista uma descida de 28,1 por cento em relação a 2003, uma situação "discriminatória face ao todo nacional" e que "coloca a região num estágio de completa estagnação".

Para o camarada Rui Solheiro, que é também presidente da Câmara de Melgaço, os 362 euros que o PIDDAC reserva para o seu concelho não passam de uma "provocação" e de uma "enorme desconsideração" por parte do Governo.

Mas, acrescentou, "o problema é que o desrespeito não é só por Melgaço, mas sim por todo o distrito, que foi o que mais desceu em termos de PIDDAC em relação ao ano passado".

O presidente da Federação acusou ainda o actual Governo de não ter lançado qualquer "obra estruturante" ou "investimento de qualidade" no distrito.

"Todas as grandes obras no distrito vêm de trás, do Governo socialista", frisou.

Rui Solheiro lembra ainda que Viana do Castelo é um distrito "marcado pela desertificação" e "envelhecimento populacional", pelo que considera "incompreensível o total desinvestimento" na acção social, sobretudo no apoio aos idosos, crianças e à população rural.



VISEU

UMA MÃO CHEIA DE OBRAS PARADAS

"O Governo é incompetente" porque nem sequer consegue gastar o dinheiro que ele próprio orçamentou. Esta a conclusão a que chega José Junqueiro, que apontou a taxa de execução orçamental deste ano, de 61 por cento, como "mediocre".

"O Executivo não pode dizer que não faz porque não tem dinheiro", observou o presidente da federação viseense do PS, para quem é simplesmente "humilhante" que em 2003 o distrito tenha baixado para o 10º lugar no *ranking*, sendo assim de esperar que no próximo ano Viseu recue para o 11º lugar.

Junqueiro fez ainda questão de enumerar as propostas socialistas de 2003 que continuam sem inscrição orçamental em 2004, apesar de terem tido inscrição em 2002, a saber: o Quartel da GNR em Sátão, o Quartel da GNR em Torredelva em Viseu, a EBI de Ranhados em Viseu, a Escola Superior Agrária de Viseu, o Cais Fluvial de Bagauste/Pista de Remo, a EN222-2 - Resende - IP3, a Variante de Penalva do Castelo, a variante de Santa Comba Dão, a variante de São Pedro do Sul e a variante de Vouzela.

Obras emblemáticas para o distrito sem inscrição orçamental são, segundo lembrou o dirigente do PS, o IC 12 - Ligação Mangualde-Canas de Senhorim, o IC26 - Ligação de Lamego-Sernancelhe-IP2, o Instituto Politécnico de Viseu, a Universidade Pública de Viseu, o Centro de Saúde Viseu/Norte, a ligação Ferroviária Viseu-Linha da Beira Alta, o IC37 - Viseu - Nelas e a nova ligação entre Viseu e Coimbra (IP3).

NOTA

Ate à hora de fecho desta edição não foi possível recolher as análises relativas as dotações orçamentais para os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Lisboa e Vila Real, devido ao facto de ainda não estar concluído o processo de auscultação junto dos respectivos concelhos, pelo que na próxima edição completaremos o presente *dossier*.

Pelourinho da República



«Este é o momento mais alto da democracia portuguesa.»

*Declaração de um sócio no dia das eleições do Benfica
TSF, 31 de Outubro*

«Isso seria uma cedência a interesses particulares.

Representaria um retrocesso civilizacional e uma mercantilização da conservação da natureza.»

*Declaração aos jornalistas de Amílcar Theias, Ministro do Ambiente,
a propósito de uma proposta de outro membro do Governo
Público, 1 de Novembro*

«Eu, apesar de tudo, tenho uma vantagem em relação ao Pacheco Pereira: como não ando a navegar na internet toda a noite, isso permite-me ler um bocadinho mais do que quem anda a navegar na Internet.»

*Marcelo Rebelo de Sousa
DNA, 24 de Outubro*

«Às vezes encontro as pessoas a dizerem aquilo que eu disse uns meses antes convencidas de que é a primeira vez que está a ser dito. Eu calo-me, como se estivesse a ouvir pela primeira vez»

idem

«Às vezes, para o apanhar a horas matutinas - ele era um bocadinho preguiçoso, dormia até tarde - não era fácil.»

*idem, a justificar o facto de ter tocado à campanha da casa
de Guterres às 5 da manhã*

«Os abusos homossexuais sobre adolescentes são substancialmente mais traumatizantes do que os heterossexuais, por representarem um uso anormal do sexo, condutas altamente desviantes, contrárias à ordem natural das coisas, comprometendo ou podendo comprometer a formação da personalidade e o equilíbrio mental, intelectual e social futuro da vítima.»

*Excertos do acórdão do Supremo Tribunal em resposta a
um recurso da defesa de Michael Burridge*

«A elite da União Europeia é um grupo de porcos sujos que quer facilitar a pedofilia.»

Umberto Bossi, Daily Telegraph

«Ele parecia um autêntico vegetal. Não se lembra de nada, está com uma amnésia lacunar.»

*Rui Frade, autoproclamado psiquiatra, a propósito de
Carlos Silvano*

Correio da Manhã, 30 de Outubro

«A partir do momento em que tive a confirmação de que o Dr. Rui Frade não possui o título que lhe permite chamar-se psiquiatra é inevitável tenhamos de prescindir dos seus serviços.»

José Maria Martins, advogado de Carlos Silvano, idem

FERNANDO GOMES DEFENDE

OPERAÇÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO PARA O PORTO

Uma Operação Integrada de Desenvolvimento para o distrito do Porto é a proposta que a bancada socialista vai apresentar, na Assembleia da República, como estratégia de combate face à "grave" situação de desemprego que afecta a região.

O deputado do PS Fernando Gomes, que falava, no passado dia 24 de Outubro, no final de uma ronda de contactos com organizações sindicais e empresariais, considerou que o Orçamento de Estado (OE) para 2004 "não inclui uma única medida que ajude a combater o desemprego no distrito" portuense, onde reside em em cada quatro portugueses sem trabalho.

Segundo o parlamentar, o OE para o próximo ano não inclui, "por mais que

se rebusque", qualquer das medidas estruturais de que o Governo dispõe para combater o desemprego: investimento público excepcional, incentivos à criação de emprego, formação profissional ou localização de empresas ou apoios fiscais.

É isso que os deputados eleitos pelo PS no distrito do Porto vão propor ao Parlamento, a criação de uma Operação Integrada de Desenvolvimento - "com este ou com outro nome" - que permita "unir os esforços dos vários ministérios e conjugar os sectores público e privado".

Para tal, defendeu Fernando Gomes, é necessário criar uma linha orçamental, mas sem grandes esforços pelo menos no OE-2004, já que "nesse ano trata-se apenas de preparar

projectos e elaborar estudos".

Mas não é só a falta de medidas estruturais que leva os socialistas a acreditarem que vem aí um aumento do desemprego. "São os próprios números do Governo que levam a ter a certeza disso", afirmou Fernando Gomes, acrescentando que, uma vez que "nos anos anteriores as previsões ficaram sempre aquém da realidade, o valor a gastar será certamente bem superior ao anunciado".

Entretanto, os deputados socialistas eleitos pelo círculo portuense deslocaram-se à sede do Metropolitano da Invicta para participarem na apresentação do Sistema do Metro Ligeiro da AMP e viajaram na Linha A, visitando ainda às estações da Trindade, do Bolhão e dos Aliados.

CONCELHO DE SEIA FORTEMENTE PENALIZADO

O Programa de Investimento do Estado para 2004 (PIDDAC) "penaliza o concelho", sobretudo por não inscrever qualquer verba para a conservação do hospital local. Este o alerta lançado pelo presidente da Câmara de Seia.

Em comunicado divulgado no passado dia 29, Eduardo Brito considera que o PIDDAC para o próximo ano é "o pior de sempre", sendo "altamente penalizador para o concelho, quando comparado com outras regiões do País".

"É uma completa frustração, na medida

em que o Governo continua a adiar os grandes projectos estruturantes para o concelho, sobre os quais recaem as suas expectativas de desenvolvimento", frisou o edil, para depois criticar a não inclusão no PIDDAC do novo edifício para o hospital, mas também da variante a Seia, os Itinerários Complementares 06 e 07, o quartel da GNR de Paranhos da Beira e o quartel dos Bombeiros Voluntários de Loriga.

Segundo o autarca, "trata-se de um verdadeiro quadro negro e o pior de

sempre em que, só no concelho de Seia, são menos cinco milhões de euros que estão inscritos, o que significa uma variação negativa de 70 por cento".

O município vai desencadear várias iniciativas, nomeadamente junto do primeiro-ministro e dos vários ministérios, com vista a sensibilizar o Executivo para o facto de, "nos últimos dois anos, o concelho de Seia não ter conseguido uma única realização, apesar de a Câmara contar com uma boa carteira de projectos".

FIGUEIRA DA FOZ

PS CONTRA EXCLUSÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES DO ORÇAMENTO DE ESTADO

A Concelhia do Partido Socialista da Figueira da Foz condenou a exclusão de obras estruturantes para o concelho do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o próximo ano.

"Foram retiradas rubricas que estavam no PIDDAC de 2003 e agora não aparecem. Há obras que não se fizeram, não arrancaram este ano e não

se vão fazer em 2004", criticou Vitor Cunha, presidente concelhio, numa conferência de imprensa realizada no passado dia 24 de Outubro.

Entre os investimentos retirados do Orçamento está a obra de prolongamento do molhe norte do porto da Figueira da Foz, o pavilhão do hospital distrital ou o quartel da GNR de Maiorca.

Vitor Cunha considera ainda que as

verbas inscritas no PIDDAC de 2004 "afectam outras obras estruturantes para o concelho, nomeadamente algumas que constam do programa eleitoral do presidente da Câmara". Destas, destaca a Ponte dos Arcos, sobre o braço Sul do rio Mondego, no IC1.

"Não está incluída, nem sequer há qualquer verba para o projecto o que quer dizer que a obra nem em 2005 começa", frisou.

MONDIM DE BASTO

PIDDAC DE 34.250 EUROS É UM ESCÂNDALO

A verba de atribuída pelo Orçamento do Estado para o próximo ano ao concelho de Mondim de Basto (34.250 euros) foi classificada como "um escândalo" pelo representante do PS local.

"No Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o próximo ano, Mondim de Basto é contemplado com uma verba ridícula se atendermos aos investimentos que seriam necessários fazer neste concelho", afirmou Humberto Cerqueira,

em comunicado divulgado no passado dia 31 de Outubro.

O responsável socialista comparou as dotações inscritas para os concelhos vizinhos, designadamente Ribeira de Pena (1.438.757 euros), Celorico de Basto (3.749.034 euros) e Cabeceiras de Basto (9.073.881 euros), concluindo que Mondim de Basto continua "a ficar para trás a nível dos investimentos públicos".

"Apesar de Vila Real ter sido um dos distritos do interior contemplado com um

maior aumento de verbas do PIDDAC, isso não se reflecte no concelho de Mondim", frisou o socialista, salientando ainda que o concelho continua com enormes carências ao nível dos equipamentos colectivos.

"Os acessos às auto-estradas A4 e A7 ficam adiados, os problemas de abastecimento de água e do saneamento básico aparecem anualmente e o melhoramento da estrada de ligação a Travassos eterniza-se", rematou.

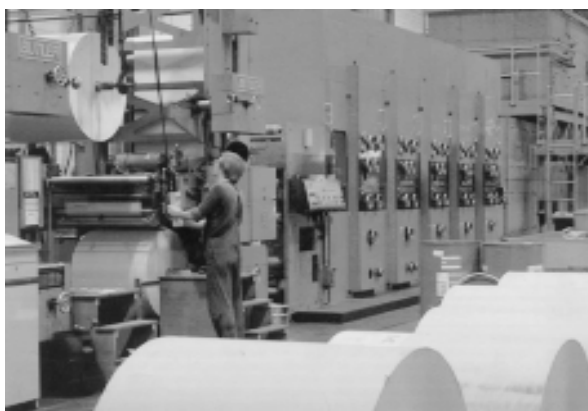
CONCENTRAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

PLURALISMO AMEAÇADO

A recente nomeação de Fernando Lima para director do "Diário de Notícias" tem vindo a provocar diversas reacções e a suscitar um conjunto de análises sobre as questões do pluralismo e da concentração dos meios de Comunicação Social no nosso país.

Uma das primeiras vozes socialistas a levantar-se foi a de Francisco Assis, para quem essa nomeação é "estranha, inédita, inaceitável e não pode passar despercebida porque significa a degradação de alguns princípios éticos fundamentais que são essenciais para a saúde de uma democracia". Relevando bem a reacção da própria redacção do jornal que se pronunciou inequivocamente contra essa nomeação, importa sobretudo salientar aqui a posição da entidade reguladora do sector. Numa deliberação aprovada com sete votos a favor e um contra, a Alta Autoridade para a Comunicação Social considera que "nomeações deste tipo" podem condicionar a imagem dos órgãos de Comunicação Social "pondo em causa a sua independência perante o poder político, bem como a confiança dos leitores".

Perante este panorama, segundo Helena Roseta, em artigo publicado na "Visão", está a ganhar forma uma "grande recomposição do poder mediático em Portugal". Para a deputada socialista, "a concentração da propriedade dos meios de Comunicação Social é acompanhado de mudanças significativas nas direcções e chefias de jornais de referência e dá exemplos dessa dinâmica: "Carlos Andrade é afastado da TSF sem protesto. Carlos Pinto Coelho vê o seu 'Acontece' criticado pelo ministro da tutela e terminado na televisão pública. Fernanda Mestrinho, ex-directora adjunta de Informação da RTP, é agora remetida a pé-de-microfone



da RTP2". A este rol de situações, mas noutro sentido, pode-se acrescentar a nomeação de Luís Delgado para a direcção da Lusa, o que acumula com as funções de comentador residente do "DN", da SIC Notícias e do "Diário Digital", para não falar de Marcelo Rebelo de Sousa e Pacheco Pereira que aos domingos pontuam na TVI e SIC, respectivamente. Sobre os comentários do professor Marcelo, é importante referir que agora surgem em primeiro lugar as referências aos livros e só depois se passa à política de forma a permitir que Pacheco Pereira, entretanto, termine na SIC a sua análise. A direita que já ocupa todo este espaço e que tem ainda Pedro Santana Lopes como comentador na SIC, é depois ajudada ao longo da semana por uma senhora jornalista que na televisão de Pais do Amaral se dá ao luxo de produzir o jornalismo mais populista

que alguma vez Portugal conheceu. Manuela Moura Guedes permite-se, nos ecrãs da TVI, tecer comentários, fazer considerações e análises que vão muito para além do razoável com condenações liminares, em que claramente pisa o risco, violando muitas vezes os princípios da isenção e do rigor.

Perigos e vantagens da concentração

Do lado das vantagens aparece desde logo a poupança pela utilização de meios comuns, enquanto o primeiro dos enunciados no que toca às desvantagens está na evidente redução do pluralismo, sobretudo quando os proprietários começam a interferir. Segundo Alberto Arons de Carvalho, um dos grandes problemas consiste na entrada no mercado dos grandes grupos internacionais, o que

"conduziria a uma drástica redução nos custos de programação e à degradação da sua qualidade".

Por isso, entende ser desejável alguma concentração "de grupos nacionais influentes e de dimensão relevante", de forma a constituir um limite importante à presença de multinacionais.

No entanto, não é fácil encontrar o ponto de equilíbrio entre a concentração vantajosa e outra desvantajosa cujo grau coloca "já em perigo o direito dos cidadãos a uma comunicação plural", reconhece também o antigo secretário de Estado da Comunicação Social. Assim, e de acordo novamente com Arons de Carvalho, para contrariar os malefícios da concentração, é preciso encontrar formas que alarguem os direitos dos jornalistas, "nomeadamente os direitos de participação e a garantia de independência" a partir da criação de um quadro normativo sobre a transparência da propriedade que permitam assegurar um conjunto de incentivos à comunicação social regional e garantam um "influente e independente serviço público de rádio e televisão".

Em qualquer das situações, é a independência do jornalismo que também pode estar em causa por via dos condicionamentos laborais dos próprios jornalistas. Neste quadro e tendo em linha de conta a flexibilização do trabalho, a exiguidade do mercado e a insegurança financeira para a classe que um contexto de forte concentração empresarial representa, o jornalista corre o risco de ver a orientação da sua actividade ser condicionada, segundo Arons de Carvalho, "por interesses económicos ou outros".

No actual panorama português, o já excessivo grau de concentração de

empresas do sector pode vir a ficar ainda mais preocupante se os rumores de movimentações entre o Grupo Portugal Telecom (PT) e o grupo Impresa de Pinto Balsemão vierem a concretizar-se. Deste eventual negócio podem resultar diversos cenários, desde a fusão até à compra pela PT da quota minoritária da TV Globo na SIC. Sendo que as estreitas ligações entre estes dois grupos permitem já que os canais da SIC disponham de uma posição privilegiada na TV Cabo e que esta explore a publicidade da SIC Notícias, Alberto Arons de Carvalho chama-nos a atenção para a possibilidade de, a concretizar-se o negócio, o Governo, através da PT, poder vir a dominar a SIC, o que seria obviamente inaceitável porque a governamentalização seria um facto consumado.

A actual pulverização legislativa em matéria de concentração da Comunicação Social "torna imperioso um consenso político em torno de um conjunto de regras que estabeleçam limites mais precisos às formas de concentração horizontal, vertical ou diagonal existentes ou em perspectiva", afirma Arons de Carvalho para quem "a entrada em força de operadores de telecomunicações nos negócios dos media torna imprescindível e inadiável uma nova regulamentação sobre concentração".

QUEM MANDA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

COFINA	Cosmopolitan
Correio da Manhã	SIC
Autosport	SIC Gold
Record	SIC Radical
Jornal de Negócios	SIC Mulher
Máxima	SIC Internacional
Máxima Interiores	SIC Notícias
Automotor	
PC Guia	MEDIA CAPITAL
Rotas e Destinos	TVI
Semana	Rádio Comercial
Informática	Rádio Cidade
Semana médica	Rádio Regional de Lisboa
IMPALA	
Focus	PT-LUSOMUNDO
Vip	TSF
Nova Gente	Diário de Notícias
Mulher Moderna	Jornal de Notícias
Ana	TV Cabo
Maria	
TV 7 Dias	SONAE
Boa Forma	Público
Crescer	
100% Jovem	ESTADO
Linhas & Pontos	RTP
Segredos de Cozinha	RTP1
	RTP2
	RTP Açores
	RTP Madeira
	RTP Internacional
	RTP África
	NTV
	RDP
	Antena 1
	Antena 2
	Antena 3
	RDP África
	RDP Internacional
	RDP Açores
	RDP Madeira
	RDP Norte
	RDP Centro
	RDP Sul
	LUSA

QUESTIONÁRIO SOBRE OS PERIGOS DA CONCENTRAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. A liberdade e o pluralismo encontram-se ameaçados em virtude de uma cada vez maior concentração dos meios de Comunicação Social?



Leonor Coutinho

1. Veja-se notícia ilustrada da primeira página do semanário "Expresso" do último dia 24 de Outubro, do lado direito, ao fundo: Barão Miguel Horta e Costa.

Que significado tem esta notícia: que a PT está em dificuldades, tal como nas páginas interiores um dos seus subdirectores narra? Não

Significa que dois grupos poderosos se entendem: um, pela vaidade do seu presidente (ex-gestor público e actual homem e confiança do BES) e o outro, pela supremacia óbvia que exerce através do único semanário prestigiado, por dois canais televisivos, um generalista e outro de repetição de notícias - cuja redacção é paga por uma das empresas do "barão".

Se atentarmos nos "subfactos" deste último parágrafo perceberemos, de imediato, os perigos que a democracia em Portugal já correu, ainda corre e, provavelmente, está em vias de deixar de correr. "O poder aos barões" será a sua próxima palavra de ordem.

2. Toda a Comunicação Social está controlada politicamente. O processo começou com Cavaco e continuou por aí fora, com a criação de cursos e mais cursos nas universidades privadas que produzem

2. Pode-se falar, hoje em dia, de controlo político de alguma Comunicação Social?



Mega Ferreira

1. Não há, em teoria, uma relação de causa/efeito. Mas a História mostra-nos que os processos de concentração criam uma tal homogeneidade de comando no mercado de trabalho que, mesmo quando os patrões não são interventivos, os jornalistas têm tendência a retrair-se na manifestação da sua liberdade de expressão. E o poder de controlar, a partir de um número muito reduzido de centros de decisão, aquilo que deve ser transmitido ao público é uma

tentação enorme: a concentração é uma porta aberta para a uniformização pela mediocridade.

2. Sem dúvida. Esse fenómeno tornou-se escandalosamente claro nos últimos tempos do segundo Governo socialista, quando uma verdadeira "central de intoxicação" foi montada a partir de certos meios de comunicação. E continua à vista, dia a dia. O pior é que isso representa o fim da ilusão de uma informação independente e pede uma resposta política taca-taco: há metade do país (pelo menos...) que não se revê na Comunicação Social que tem.



Vicente Jorge Silva

1. É evidente que sim. Uma coisa é a racionalidade saudável de alguma concentração num país de mercado escasso como é o nosso, permitindo aproveitar sinergias entre vários meios. Outra coisa é a concentração monopolista dos media que actualmente se desenha, a partir de uma empresa tentacular, a PT, onde, além do mais, o Estado detém uma "golden share".

2. Pode falar-se, sem dúvida. Mas é fundamental reconhecer que a tendência para essa perversão e essa promiscuidade entre os media e o poder político - e de que a nomeação do novo director do "Diário de Notícias" constitui apenas o último episódio - tem já uma história

longa, na qual o nosso partido assumiu notórias responsabilidades. Alguns dirigentes do PS continuam a ter uma visão puramente instrumental e cínica da relação da política com os media. Gostaria de saber, por exemplo, o que pensa exactamente o camarada Jorge Coelho quando afirma que um partido de poder tem de saber lidar com os "media". Faço minha a interrogação da camarada Helena Roseta na última "Visão": "achará Coelho que um partido com vocação de poder deve procurar dominar os "media"? Tal como Helena Roseta, também eu estou nos antipodas dessa concepção. E questiono se não será tempo de aprendermos alguma coisa com o passado - nomeadamente com a experiência da absorção do grupo Lusomundo pela PT, quando Jorge Coelho era ministro e Murteira Nabo era presidente da PT.

A EUROPA PASSOU À CLANDESTINIDADE?

Importa é que os responsáveis políticos, muito particularmente os portugueses, assumam as suas responsabilidades e pensem sempre duas vezes antes de se deixarem alinhar em sedutoras soluções institucionais que sob a capa da inegociável igualdade, trazem no bico grandes discriminações.

Ainda bem que o projecto de Tratado instituindo uma Constituição para a Europa existe. E digo-o porque tenho a profunda convicção que vai ser ultrapassada a fase do delírio criativo dos ministros dos Negócios Estrangeiros na actual CIG.

Tão grandes serão as divergências e contradições as soluções em que se estão a embulhar que o bom senso fará recolher a imaginação a "penates" e voltarão a agarrar-se, como derradeira tábua de salvação, ao primitivo texto do Tratado Constitucional, proposto pela Convenção europeia no mês de Julho. E até os eurocépticos nacionais de esquerda ou de direita, depressa concluirão que não há outra solução que salguarde os interesses dos Estados-membros, grandes ou pequenos, numa Europa vocacionada para os projectar no mundo da globalização. O tempo traz consigo o feitiço do bom senso e vale a pena acreditar que assim será. Importa é que os responsáveis políticos, muito particularmente os portugueses, assumam as suas responsabilidades e pensem sempre duas vezes antes de se deixarem alinhar em sedutoras soluções institucionais que sob a capa da inegociável igualdade, trazem no bico grandes discriminações. Vem isto a propósito do que consta estar a passar-se nas reuniões da Conferência Intergovernamental. E digo consta, porque para além dos sussurros e dos segredos de "pé de orelha", a opinião pública deixou de poder controlar o que decidem os ministros ou os seus representantes nesta Conferência, em contradição e corte radical com o que já era considerado um direito, no quadro dos trabalhos públicos, abertos e transparentes da Convenção.

Da algazarra do debate na Convenção, presidida por Valéry Giscard d'Estaing, comprometendo os representantes dos futuros Estados da União, passou-se para o murmúrio dos senhores diplomatas que fazem de uma página A4, com dois parágrafos escritos, um segredo de Estado. Por isso, a sensação de que, nessas mesas-redondas, presididas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, senhor Fratini, ou não se passa nada, ou o que se passa é grave, e é arriscado dá-lo a conhecer. Fala-vos, quem como eu foi eleito para defender os interesses de Portugal na Construção europeia, representante o Parlamento Europeu na Convenção, e não tem hoje maior conhecimento sobre o dia-a-dia da evolução da CIG, que um cidadão vulgarmente desinteressado!

Não me admira o silêncio do Governo, que aos costumes nada diz, quando o País ferve na dialéctica do sim ou não ao referendo, questão desprezada de sentido, quando é, neste momento, oculto e secreto o conteúdo do Tratado sobre o qual deverá putativamente incidir! Nem vale como desculpa, para que o Governo nada nos diga, o estágio que a senhora ministra está a fazer por estes dias, em matéria de relações internacionais, para as quais, não duvido, estará completamente habilitada, no final das negociações da CIG. São duas faces de uma estratégia pessoal pela qual, o primeiro-ministro, Durão Barroso, será avaliado pelos portugueses.

Mas lamento que a sociedade civil, os intelectuais, os académicos e os partidos políticos que não participam no Governo, também se embulhem na questão da dialéctica referendaria sem cuidarem de lhe pedir, todos os dias, semana a semana, até ao final dos trabalhos, informação relevante do que se está a passar em Bruxelas, na Conferência onde se definem os destinos de Portugal e da Europa.

Felizmente, como dizia no princípio desta crónica, está aí, em cima da mesa, uma Constituição para todos os europeus elaborada durante 16 meses, por quem os Estados e a Instituições europeias designaram. Não são obviamente constituintes, mas são gente com capacidade para propor. E ver-se-á muito em breve, esgotadas as forças diplomáticas no desenho da quadratura do círculo europeu, que afinal fizeram o que é possível.

E como diz o presidente honorário do PS, camarada Fernando Valle, "quem faz o que pode, faz o que deve"....



LUÍS MARINHO

Opinião

PS RECUSA REFERENDO NO MESMO DIA DAS ELEIÇÕES PARA PARLAMENTO EUROPEU

O referendo sobre a futura Constituição europeia deve realizar-se numa data diferente das eleições para o Parlamento Europeu, marcadas para 13 de Junho do próximo ano, defendeu em Estrasburgo o eurodeputado socialista Mário Soares. "Não se pode misturar referendo, que é uma consulta muito séria, com as eleições para o Parlamento Europeu, porque são duas coisas muito diferentes", declarou Mário Soares a um grupo de jornalistas. Para o eurodeputado, existe ainda outra questão que deve ser levada em consideração: a pergunta que será feita no referendo. Com efeito, na sua opinião, "tudo depende da pergunta que se fizer e da forma como for feita".

Mário Soares considerou "interessante" e a merecer "estudo" uma sugestão feita no hemiciclo de Estrasburgo pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, que sugeriu a realização de "uma só pergunta e uma só votação". Soares chegou mesmo a sugerir que a pergunta poderia ser algo semelhante a: "É partidário de que a Europa avance nos termos da Constituição?". Mário Soares mostra assim uma total sintonia com as posições defendidas pelo

Partido Socialista, que desaprova a proposta do Governo em realizar a consulta popular no mesmo dia das eleições para o Parlamento Europeu.

No debate mensal que se realizou na Assembleia em meados do passado mês de Outubro, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, disse que a proposta do PSD apenas visa criar "um facto político para esconder as contradições existentes" entre os parceiros da futura coligação, na medida em que o CDS/PP sempre mostrou uma certa aversão em relação à União Europeia.

Ferro Rodrigues referiu mesmo as posições do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Costa Neves, e do eurodeputado do PSD Pacheco Pereira, que recusam a simultaneidade da realização do referendo e das eleições. É uma questão séria e não tática", sublinhou o secretário-geral dos socialistas, acrescentando que "o PS sempre foi a favor da consulta popular, mas aprendeu as lições do passado".

Na anterior edição do "Acção Socialista", o deputado Guilherme d'Oliveira Martins sublinhou que a Constituição da República

proíbe expressamente a realização de eleições e referendo no mesmo dia.

Segundo o artigo 115º, nº7, "são excluídas a convocação e a efectivação de referendos entre a data da convocação e da realização de eleições gerais para os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do poder local, bem como de deputados ao Parlamento Europeu".

Para o deputado, uma consulta popular sobre o futuro da União Europeia "revela-se útil e tanto mais necessária se houver alterações fundamentais introduzidas pela Conferência Intergovernamental. Nada temos a temer de um referendo, desde que se trate de um processo bem preparado, sério e com tempo - capaz de representar inequivocamente a vontade dos cidadãos. É fundamental que a pergunta incida sobre as alterações fundamentais que o novo Tratado Constitucional venha a consagrar".

O deputado serve-se de uma entrevista dada pelo deputado do CDS/PP Narana Coissoró para dizer que esta confusão que o PSD quer criar no fundo apenas tem um significado: "Que o PSD e o Governo não querem o referendo".

CARLOS LAGE

UNIÃO DEVIA TER MEIOS MILITARES E DIPLOMÁTICOS COMUNS

"Os cidadãos europeus não querem ser vassallos de nenhum poder unilateral, ainda que se apresente com a face de um aliado", disse o presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, na última sessão plenária de Estrasburgo, acrescentando que, por isso mesmo, a Europa teria tudo a ganhar se falasse a uma só voz na cena internacional e se dotasse "de instrumentos militares e diplomáticos verdadeiramente comuns". "Os europeus querem sentir-se seguros contra ameaças e violência externa e interna, mas recusam ser vassallos de poderes unilaterais", sublinhou, numa alusão clara aos últimos acontecimentos que opuseram a União Europeia e os Estados Unidos a propósito da guerra no Iraque.

Intervindo num debate sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e as suas implicações

financeiras no orçamento comunitário, Carlos Lage referiu que a introdução no projecto de Constituição Europeia da figura do ministro dos Negócios Estrangeiros da União "fornece já algumas esperanças nesse sentido", muito embora se saiba que existe ainda "um imenso caminho a percorrer", como ficou patente com as divisões que a guerra no Iraque criou entre os Estados-membros.

Neste sentido, considerou ser preciso "uma aposta efectiva e empenhada no reforço da PESC, particularmente no momento actual em que a Europa se procura dotar de uma Constituição e de instituições capazes de encarnar o seu destino colectivo".

Prevenção de incêndios

O eurodeputado Carlos Lage dirigiu esta semana um apelo ao Conselho da

União Europeia para que aceite a inclusão da vertente da prevenção dos fogos florestais, aumentando ao mesmo tempo o envelope financeiro, no âmbito do novo regulamento Forest Focus.

Intervindo no plenário a propósito do debate sobre o projecto de diploma que prevê um sistema permanente de acompanhamento das florestas europeias, o presidente da delegação portuguesa no PE defendeu que "as acções de prevenção não sejam remetidas para os programas de desenvolvimento rural da Política Agrícola Comum", tal como pretende o Conselho.

"Se a Europa está preocupada com o futuro das suas florestas, deve dar o exemplo com a criação de mais e melhores condições para a sua protecção", sublinhou, recordando o rasto de desolação deixado em Portugal pelos incêndios do Verão passado".

ALBERTO COSTA E OLIVEIRA MARTINS

DEPUTADOS DEFENDEM CONSELHO LEGISLATIVO

A futura estrutura institucional da União Europeia deve consagrar um Conselho Legislativo, como forma de salvaguardar o equilíbrio dos poderes entre as instituições comunitárias, defenderam os deputados nacionais membros da Convenção Europeia, Alberto Costa e Guilherme d'Oliveira Martins.

Os deputados socialistas, juntamente com outros membros, subscreveram uma carta aberta à Conferência Intergovernamental solicitando, em nome do equilíbrio de poderes no seio da União e da salvaguarda da igualdade entre os Estados, do método comunitário e da dupla legitimidade dos Estados e

dos cidadãos, a consagração expressa do Conselho Legislativo na futura estrutura institucional.

Segundo os subscretores, é fundamental que haja um Conselho de síntese, a fim de dar corpo ao primado do método legislativo da co-decisão com o Parlamento Europeu.

MANUEL DOS SANTOS**UNIÃO DEVE ADOPTAR MEDIDAS QUE PERMITAM MELHOR EXECUÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS**

A Comissão Europeia deve adoptar medidas para que haja um melhor aproveitamento dos Fundos Estruturais, e evitar que se repitam taxas de execução tão baixas como as que no passado recente se verificaram, defendeu o eurodeputado Manuel dos Santos na última sessão plenária de Estrasburgo.

O eurodeputado defende que sejam adoptadas medidas tendentes "à flexibilização e simplificação dos regulamentos, à eliminação de exigências burocráticas inúteis e a uma orientação mais correcta das opções políticas nacionais".

Na sua opinião, as medidas para melhor aproveitar os fundos passam também por definir melhor o tipo de projectos elegíveis, agilizar os processos de pagamentos e até os próprios objectivos do Fundo de Coesão e os sectores em que se deve investir prioritariamente. Para Manuel dos Santos, a actual situação "é deveras preocupante" e um dos fenómenos mais intrigantes da actual política comunitária, que coloca na ordem do dia a necessidade de uma "profunda reanálise da política regional europeia" na perspectiva da sua melhoria e eficácia. "Pode mesmo estar em causa a credibilidade da política de



coesão se não forem adoptadas as medidas adequadas", afirma. O eurodeputado lembrou que a maneira

mais rápida e fácil de tornar as políticas de coesão dispensáveis "é torná-las incompreensíveis e inexecutáveis em

primeiro lugar, aplicando-lhes em seguida um dose adequada de burocracia e de regulamentação excessiva".

Assim, defendeu que, para que uma boa parte dos fundos europeus não se perca na "burocracia das instituições" ou devido a incapacidades políticas e administrativas, torna-se necessário que a Comissão Europeia "acentue e reforce a sua função estratégica na definição das prioridades, deixando o essencial da responsabilidade pela execução e gestão das verbas aos Estados-membros, sem pôr em causa a transparência e a fiscalização a que estes processos financeiros devem estar sujeitos". Neste contexto, manifestou-se totalmente contra a renacionalização da política regional, antes defendendo que a dimensão territorial das políticas europeias implicam uma participação activa e partilhada entre os Estados-membros e a União.

Manuel dos Santos considerou que as medidas já divulgadas pelo executivo comunitário de simplificação na gestão dos fundos ainda são insuficientes, o que é preocupante quando se reabre a discussão sobre a política de coesão, seus objectivos e linhas essenciais, na sequência da divulgação do relatório

Sapir, que apresenta um contributo para a discussão sobre a reforma dos Fundos e das perspectivas financeiras do próximo Quadro Comunitário de Apoio. De referir ainda que em Maio de 2003 o valor total das autorizações financeiras dos Fundos Estruturais que ainda estavam por liquidar ascendia a 91,6 milhões de euros, um montante elevadíssimo, praticamente igual ao orçamento comunitário.

Vairinhos defende gestão integrada

O eurodeputado Joaquim Vairinhos considerou que a execução dos Fundos Estruturais melhoraria muito se em cada Estado-membro apenas uma direcção-geral e um ministério assumissem a responsabilidade pelos apoios da União.

"Melhorar-se-ia, consequentemente, a própria coordenação ente os vários serviços intervenientes das administrações comunitárias, nacionais e regionais", considerou numa declaração de voto, acrescentando ser necessária "uma maior concentração das ajudas europeias em projectos de qualidade e com um impacto real nas regiões que visam abrange".

PAULO CASACA**MELHOR DISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS REFORÇARIAM A COESÃO COMUNITÁRIA**

O dinheiro proveniente dos fundos comunitários precisa de ser melhor redistribuído, com o objectivo de promover de forma mais sólida a coesão económica e social, considerou o eurodeputado Paulo Casaca no último plenário de Estrasburgo, onde se debateu o orçamento da União Europeia para o próximo ano. O eurodeputado considerou que as atenções a nível orçamental estão cada vez mais viradas para o quadro financeiro que irá guiar as políticas da União a médio e longo prazo, devendo a coesão económica e social "estar no coração do quadro financeiro plurianual da União, que irá começar em 2007".

Neste contexto, Paulo Casaca disse ter "as maiores reservas" quanto às conclusões do recente relatório Sapir, encomendado pelo presidente da Comissão Europeia, por partirem da perspectiva de que existe uma conflitualidade entre a Coesão e o crescimento económico. "As boas políticas de coesão são necessariamente boas políticas de crescimento, pelo que é ideologicamente errado colocá-las num plano antinómico", afirmou. O eurodeputado considerou também que o actual funcionamento do orçamento comunitário "é preocupante", e que outras coisas, por em domínios como a agricultura "essa redistribuição ser feita frequentemente para os países e regiões mais centrais da Europa e mesmo para grandes



empresas ou multinacionais, com operações complexas e pouco transparentes que dão muitas vezes origem a situações de fraude alargada". Para Paulo Casaca, esses "são exactamente os mecanismos e as distorções que têm de ser atacadas e nunca a coesão económica e social, que deve permanecer o grande princípio norteador do orçamento comunitário".

Devassa das águas açorianas

O Conselho e a Comissão Europeia foram duramente criticadas pelo eurodeputado Paulo Casaca por terem "desrespeitado a vontade democrática do Parlamento

Europeu" e contrariado os inúmeros pareceres científicos, que eram contrários à liberalização do acesso à maior parte da Zona Económica Exclusiva dos Açores. Paulo Casaca lembrou a tragédia em que se traduziu a sobrepesca do bacalhau no Mar do Norte e sublinhou que, para evitar a repetição de devastação dos recursos biológicos, é necessário repensar a política Comum de Pescas.

O eurodeputado considera ser urgente que se aplique efectivamente o princípio da precaução, e se valorizem as opiniões e estudos científicos. "Só assim poderemos salvar as pescas europeias do desastre e assegurar um futuro aos nossos pescadores", afirmou.

JS DISCUTE MANIFESTO PARA EUROPA DE AMANHÃ

"Um manifesto para a Europa de amanhã" foi o tema de um encontro que levou a Juventude Socialista ao Porto, para um debate em que participaram o deputado António José Seguro e António Covas, especialista em assuntos europeus. O encerramento esteve a cargo do presidente da delegação socialista portuguesa no PE, Carlos Lage.

A secretária-geral da JS, Jamila Madeira, disse que os resultados superaram as expectativas e que, por isso mesmo, o manifesto que estava para ser aprovado acabou por ser adiado para um próximo encontro, de forma a permitir que os contributos do Porto nele possam ser incluídos.

"O balanço foi muito positivo", considerou Jamila Madeira, que acrescentou que o encontro constituiu uma boa oportunidade "para os jovens demonstrarem que, afinal, a Europa está mais próximo do que se poderia pensar".

Jamila Madeira considerou ainda que o debate foi muito importante para que a JS e o PS possam fazer uma caminhada comum até às próximas eleições europeias.

ELISA DAMIÃO**PORTUGAL AINDA NÃO RECENSEOU EDIFÍCIOS COM AMIANTO**

O recenseamento dos edifícios com amianto em Portugal ainda está por fazer, alertou a eurodeputada Elisa Damião, num texto recentemente divulgado em Lisboa, que chama igualmente à atenção para o impacto que a proibição da utilização daquele material terá no nosso país a nível laboral e empresarial, a partir de 2005.

"Compete ao Governo e aos actores sociais entenderem-se o mais cedo possível quando à resolução dos problemas colocados pela necessária reconversão das empresas portuguesas que utilizam o amianto", referiu Elisa Damião, que em 2001 foi autora de um importante relatório sobre esta matéria.

O PS FACE AOS DESAFIOS E RISCOS DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

JOSÉ MAGALHÃES

1. O PS tem desempenhado um papel crucial na definição e execução de uma estratégia nacional para a sociedade de informação, que permita a Portugal tirar partido das inovações científicas e tecnológicas que estão a revolucionar o mundo das comunicações e da informática. Na oposição, antes de 1995, criticámos a obsessão cavaquista pela política do betão e batalhámos contra os obstáculos ao acesso dos portugueses à Internet. Entre 1996 e 2002, os governos socialistas estudaram e definiram (no Livro Verde sobre a Sociedade de Informação e iniciativas subsequentes) medidas de remoção dos obstáculos herdados e de lançamento de políticas tendentes a massificar o acesso à Net, dinamizar a criação de conteúdos digitais, mudar as formas de acção e comunicação da Administração Pública e incentivar o comércio electrónico e a economia digital. Essas medidas permitiram atingir marcos históricos como a ligação à Internet de todas as escolas do ensino básico e secundário, bem como dos estabelecimentos de ensino superior, bibliotecas e museus. Sob impulso do PS, a presidência portuguesa da União Europeia foi aproveitada para transformar em prioridade comunitária esses objectivos de modernização digital (doravante denominados "estratégia de Lisboa"), que vieram a ser pormenorizados no Plano de Acção eEurope 2002, aprovado no Conselho da Feira, ulteriormente revisto e ampliado pelo eEurope 2005. A linha de rumo assim traçada arrancou Portugal dos indicadores herdados da década cavaquista, suscitou aplauso internacional e amplo consenso nacional.

2. A estratégia sintetizada no Livro Verde sobre a sociedade de informação e nos planos de acção europeus não tem alternativa. Ao contrário do que ocorreu com a revolução industrial, temos hoje condições para aceder ao mesmo tempo que os nossos parceiros mundiais às grandes inovações tecnológicas e podemos usá-las para eliminar os factores de prejudicam a competitividade da nossa economia, para dotar Portugal de instrumentos essenciais para a qualificação dos recursos humanos e projectar a nossa cultura à escala mundial, em plena era da globalização.

3. É certo que as tecnologias de informação têm duas faces: podem ser um instrumento de libertação ou de opressão! A inovação científica e tecnológica faz nascer todos os dias novas modalidades de controlo, público e privado, da nossa vida. Nas mãos de um Estado policial, o simples telemóvel permite saber com rigor onde estamos, o que dizemos, com quem falamos. As nossas mensagens podem ser interceptadas, o que fazemos numa sala é gravável, a videovigilância é capaz de registar por onde andamos e com quem, as bases de dados armazenam milhões de informações (verdadeiras ou falsas) com base nas quais podemos ser privados de direitos fundamentais. E, contudo, a mesma tecnologia é capaz de salvar vidas, propiciar

telemedicina, prevenir incêndios, ligar aldeias remotas, pôr na Web pequenas ou grandes empresas, levar as notícias do mundo ao mais atrasado povoado do interior, combater assimetrias no acesso à cultura...

O desafio que se coloca às democracias é o de instituir (e aplicar) regras que evitem os usos perversos e mantenham dentro de limites razoáveis as invasões da privacidade. Entre nós o tema foi bem regulado na Constituição, por proposta do PS, mas anda hoje mal tratado e não é levado suficientemente a sério. Não há muitas semanas a maioria PSD/PP liberalizou, sem debate, a televigilância no mundo do trabalho. A videovigilância privada e pública anda à solta sem lei de bases que a enquadre, as directivas europeias de protecção tardam em ser transpostas, as novíssimas formas de escutas digitais têm défice de fiscalização, a Comissão Nacional de Protecção de Dados é marginalizada e padece de penúria financeira e logística, o Estado dá péssimo exemplo mantendo bases de dados não legalizadas e actividades de vigilância sem controlo.

O PS tem a responsabilidade de evidenciar perante a opinião pública e as instituições as acções e omissões que multiplicam os riscos de uso perverso das novas tecnologias de informação e comunicação, propondo iniciativas que deem cumprimento a garantias constitucionais (vg. em matéria de liberdade de expressão e defesa da privacidade) e a obrigações do direito comunitário e internacional (vg. no domínio do combate ao cibercrime e da protecção de dados).

4. A acção governativa da maioria de direita veio trazer controversia indesejável às questões de regulação e promoção da sociedade de informação em Portugal. Fazendo uma revisão retroactiva da posição de aplauso do PSD e do PP às medidas tomadas pelos governos do PS, o Executivo não resistiu à tentação de traçar um retrato negro de um Portugal supostamente de tanga (digital) e de caluniar os responsáveis pela obra do PS no Governo. A estrutura de comando das políticas da sociedade de informação (a cargo do extinto Ministério da Ciência e Tecnologia) foi desmantelada, sucedendo-lhe, após meses de indefinição, uma Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, sem autoridade bastante para coordenar o sector. Só em Agosto de 2003 a UMIC concluiu a redacção de vários planos de acção para a sociedade de informação que revêem ou meramente reeditam as medidas constantes do Livro Verde para a SI e do eEurope 2005.

Não sendo questionável a legitimidade do Executivo para instituir o seu próprio sistema de comando das políticas de SI, o PS alertou para os riscos e insuficiências das opções tomadas, bem como para os atrasos e perturbações delas decorrentes. Assinalou também as consequências nefastas da política de cortes orçamentais cegos em 2002 e 2003, as perturbações na gestão do Programa Operacional da Sociedade de Informação e a incompetência digital de ministérios-chave (desde logo o Ministério das Finanças, responsável pela Administração Pública,

mas também o Ministério da Economia, responsável pelas comunicações e pela economia digital e o Ministério da Justiça, a quem caberia pilotar a regulação de questões centrais da vida do ciberespaço).

5. Na sua acção parlamentar, o PS criticou deficiências na legislação proposta pelo Governo (vg. a autorização para regular por decreto-lei o comércio electrónico, ainda não usada) e preparou e agendou iniciativas que puseram em evidência o congelamento de medidas inovadoras como o cartão comum do cidadão (vital para simplificar a vida dos utentes e poupar recursos nas áreas da identificação civil, saúde, segurança social e administração eleitoral), a reforma do sistema de compras de comunicações pelos serviços públicos e a reforma dos serviços de registo e notariado.

Apresentando atempadamente projectos, o PS conseguiu contrariar a colocação na gaveta do processo de transposição de directivas comunitárias (vg. as referentes à defesa da privacidade e à regulação da concorrência no sector das comunicações).

6. A ênfase dada pelo PS à questão da privacidade das comunicações é um bom exemplo da via adequada para honrar as nossas responsabilidades como partido de oposição. Além de ter ajudado a acelerar a transposição da directiva 58/2002, sobre protecção de dados, o debate do tema permitiu evidenciar as causas pelas quais nos batemos, clarificando, designadamente, que o essencialíssimo combate ao terrorismo, no contexto do pós-11 de Setembro, não deve levar-nos a privar os cidadãos do direito a saber quem "mexe" nos seus dados pessoais e a rectificar inexactidões, não pode eliminar as regras prudentes de recolha e tratamento de dados (evitando a sua conservação por tempo ilimitado e o desvio do uso para finalidades diferentes das que justificaram a obtenção) e passa pela valorização de autoridades independentes como a Comissão Nacional de Protecção de Dados, com poderes para, sem burocracias inúteis nem invasões das prerrogativas dos tribunais, velar pelo cumprimento das boas regras do jogo.

7. A mesma perspectiva crítica deve presidir ao exame das propostas governamentais de Orçamento de Estado e Grandes Opções do Plano para 2004. Importa quebrar o segredo que rodeia a execução das dotações em 2003, apurando a dimensão exacta do cortes efectuados e as suas consequências. Há ainda que contrariar o marketing governamental, que pretende promover promessas sem meios (vg. a ligação dos serviços públicos em banda larga até 2005) e ocultar a subdotação de planos de acção necessários, os retrocessos (vg. a privatização do notariado), os erros estratégicos graves (vg. a destruição da gestão integrada dos fundos para a ciência e para a sociedade de informação) e as incertezas (vg. quanto ao futuro modelo de financiamento da Rede de Ciência, Técnica e Sociedade, peça essencial da democratização do acesso à Net).

ÓRGÃOS NACIONAIS

Dia 8 de Novembro - 10 horas – Reunião da Comissão Nacional no Hotel Altis, em Lisboa.

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 7 de Novembro – Reunião com os presidentes das Federações.

Dia 15 de Novembro

- **15 horas** – Preside à sessão de abertura da Convenção Autárquica da Amadora.

- **17h30** – Preside ao encerramento dos trabalhos da Convenção Autárquica de Sintra.

FEDERAÇÕES

SANTARÉM

Dia 8 de Novembro - 18 horas – Debate com Mário Soares, no Hotel Corinthia em Santarém, sobre o tema "Portugal e a Europa – Que Futuro?".

SECÇÕES

AVEIRO

Dia 8 de Novembro - 16 horas – Magusto promovido pelos socialistas no Rossio de Aveiro.

Dia 14 de Novembro - 21horas – Na sede da Concelhia tem lugar uma assembleia geral de militantes.

MOURA

Dia 16 de Novembro - 15 horas – O desenvolvimento no Concelho de Moura é tema para um debate que contará com as presenças de Manuel Mestre, José Velez, Aníbal Lamy, Lucas Estevão, Carlos Zorrinho e Luís Ameixa.

PORTIMÃO

Dia 7 de Novembro - 21h30 – Início de um ciclo de debates sobre democracia activa. Manuel Maria Carrilho é o orador convidado para o primeiro debate que tem como título genérico "A Política".

GABINETE DE ESTUDOS

Audições públicas sobre o tema juventude:

Dia 4 de Novembro: Braga; **5 de Novembro:** Beja; **6 de Novembro:** Évora; **8 de Novembro:** Viseu; **9 de Novembro:** Aveiro e Leiria; **15 de Novembro:** Guarda.

Dia 19 de Novembro - reunião do Grupo de Trabalho sobre Ensino Superior.

CONCELHIA DE LISBOA

FÓRUM CIDADE DEBATE
BAIXA POMBALINA E PARQUE MAYER

Debater o futuro de Lisboa é o objectivo central do espaço de reflexão política e social criado pela Concelhia socialista presidida por Miguel Coelho. Na sua primeira tertúlia, realizada no passado dia 22, o "Fórum Cidade" tratou dois importantes assuntos da actualidade alfacinha: a Baixa pombalina e o "fiasco" do Parque Mayer.

O líder da bancada socialista na Assembleia Municipal de Lisboa, António Dias Baptista, na sua intervenção, classificou a hipótese de retirar alguns ministérios do Terreiro do Paço como um "erro", assim como a eventual construção de um hotel. "Isso retiraria as vivências trazidas pelos funcionários públicos e utilizadores dos ministérios. Era dar a machadada final no pouco comércio tradicional que ainda resta em Lisboa", alertou.

Entre os convidados estiveram também a deputada do PS Maria de Belém Roseira, o académico Eduardo Prado Coelho e Clara Mendes, presidente do conselho científico da Faculdade de Arquitectura. Eduardo Prado Coelho considerou o projecto do Parque Mayer defendido pelo presidente da autarquia lisboeta como "um verdadeiro fiasco" em relação ao qual há muitas perguntas sem resposta, como a quantia que já foi paga ao arquitecto Frank



Gehry ou o que vai acontecer se o projecto não se concretizar.

"Santana Lopes já adoptou todas as posições possíveis em relação ao futuro do Parque Mayer, observou, atribuindo a indefinição ao "estilo de improvisação" e à "instabilidade permanente" do autarca laranja.

A hipótese de construir um casino no local não agrada a Clara Mendes, para quem esta área deve funcionar "como centro cultural de atracção para a população, devendo ter uma ligação à zona verde do Jardim Botânico".

Por outro lado, a necessidade de valorização do Terreiro do Paço como "referência da cidade com o rio" foi

defendida pela responsável da Faculdade de Arquitectura.

Clara Mendes disse que a praça deve funcionar como um espaço aberto para o Tejo capaz de atrair população durante o dia, por oposição a outras zonas ribeirinhas que funcionam essencialmente como espaços de animação nocturna.

No primeiro encontro do Fórum Cidade houve ainda quem considerasse que a construção do túnel do Marquês de Pombal não vai resolver o problema das acessibilidades a Lisboa e criticasse a forma como está a ser feita a requalificação da zona do Intendente e a construção de condomínios fechados em zonas históricas da capital.

O País relativo

MAIS UM ANO
PERDIDO

Não é o PS que tem previsões absolutamente dramáticas sobre o crescimento económico do País nos próximos anos e sobre a evolução do défice das contas públicas. É a Comissão Europeia e cada vez mais observadores independentes, confrontados com evidências de que a realidade não é aquela que os números do Governo tentam vender.



MIGUEL CABRITA

Até há umas semanas, havia uma legítima expectativa em torno das opções de política orçamental que o Governo tomaria para 2004. Uma expectativa legítima, e elevada, porque "os primeiros sinais da retoma" que o Governo tão insistentemente tem anunciado teriam de estar concretizados no Orçamento de Estado para o próximo ano.

Afinal, a montanha pariu um rato e não há nenhuma inversão em relação ao rumo desastroso que tem vindo, até agora, a ser seguido. Mais um ano de cortes indiscriminados. Mais um ano sem

instrumentos de retoma do investimento e do consumo. Mais um ano de divergência face à Europa. Mais um ano de insensibilidade social. Tudo bem patente nas opções que foram tomadas para o pós-2,94.

Durão Barroso bem pode falar de promoção da competitividade e de modernização do país. Os portugueses só vêem, porque é tudo o que há para ver, falta de soluções e um orçamento totalmente desadequado para uma inversão rápida da situação económica e da confiança dos agentes económicos.

É que, afinal, o Orçamento (diz o próprio gabinete da ministra num documento oficial) é "restritivo" – exactamente o contrário do que Durão Barroso tem tentado fazer passar. No fundo, nada que seja novo: há pouco mais de um mês, Durão prometeu uma descida do IRS para 2006 e Manuela Ferreira Leite recusou-se a confirmar semelhante anúncio.

Como se tudo isto não bastasse, a miragem da consolidação orçamental, afinal o objectivo primordial incansavelmente repetido, não passa disso mesmo: uma miragem fugidia e constantemente adiada. Quem via a dra. Manuela Ferreira Leite dos discursos grandiosos sobre a suposta falta de lisura das contas públicas de um passado que a pouco e pouco deixa de invocar a cada passo (porque será?) e a vê agora enredada nos seus próprios erros e contradições, não pode deixar de se interrogar sobre o que está em causa.

Não foi o PS que denunciou as "manigâncias" orçamentais crescentes deste Governo. Foi um economista da área do PSD, aliás assessor do próprio Cavaco Silva. E os malabarismos a que se está irresponsavelmente a recorrer para cumprir artificialmente défices das contas públicas ano após ano, sem olhar aos custos estruturais destas opções, serão as contas públicas de anos próximos, e os portugueses, a pagá-los.

Não é o PS que tem previsões absolutamente dramáticas sobre o crescimento económico do País nos próximos anos e sobre a evolução do défice das contas públicas. É a Comissão Europeia e cada vez mais observadores independentes, confrontados com evidências de que a realidade não é aquela que os números do Governo tentam vender.

O professor Sousa Franco já veio a público dizer, corajosamente, o que é cada vez mais claro: que as contas públicas de 2001 são aquelas que estão mais próximo da realidade e que os anos seguintes a distância face à verdadeira situação não cessa de crescer. Ao contrário de todas as promessas. Do Governo, e do primeiro-ministro, nem uma palavra.

Estamos, pois, na iminência de mais um ano tragicamente perdido. Um ano que seria decisivo aproveitar para uma retoma plena e sustentável da economia portuguesa no médio prazo. Infelizmente, o PS poderá estar enganado quando alerta, avisadamente, os portugueses para o facto de o País estar parado. É que a situação é ainda pior. O País esteve e está parado, mas o mais grave não se vislumbra nenhuma alteração desse quadro, nem capacidade para o inverter.

Em suma, o País está verdadeiramente a andar para trás: em relação aos outros países europeus, em relação ao bem-estar dos portugueses, em relação à situação económica. Tem, pois, toda a razão Durão Barroso quando diz que acabou o tempo dos avanços e recuos. Agora, é sempre a recuar.

ASSIS ACUSA PSD DE QUERER DOMINAR
A INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

A tentativa em curso, por parte do PSD, de "dominar completamente a informação" em Portugal, foi denunciada pelo líder da Federação do PS/Porto, Francisco Assis, num jantar-convívio em Vila do Conde, que congregou um milhar de militantes socialistas.

Assis referia-se à nomeação "directa" de Fernando Lima, assessor do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, antes da demissão, para director do "Diário de Notícias".

Para o presidente do PS/Porto, tal nome-

ação "é estranha, inédita e inaceitável e não pode passar despercebida porque significa a degradação de alguns princípios éticos fundamentais que são essenciais para a saúde de uma democracia".

Por outro lado, Assis exortou o primeiro-ministro a "desautorizar publicamente" o presidente da distrital do PSD, Marco António, por este ter referido que, para a elaboração do Orçamento de Estado, foram ouvidos, previamente, os presidentes de câmara do PSD, de forma a ser "garantida a inclusão das suas

pretensões" no Plano de Investimentos do Governo.

"Se Durão Barroso não se pronunciar, teremos que concluir que se trata de uma estratégia nacional e isso é intolerável", disse.

Sobre a conjuntura do partido, o líder da Federação do Porto afirmou-se convicto de que "em solidariedade com Ferro Rodrigues e sob a sua liderança, o PS vai ultrapassar este momento difícil" e afirmar-se como a "única alternativa para restabelecer a confiança dos portugueses".

SECÇÃO DE ALVALADE APELA
AO REFORÇO DA MILITÂNCIA PARTIDÁRIA

O Secretariado da Secção de Alvalade manifestou "profunda preocupação com a voragem mediática que tem assolado o País" e que "fere profundamente a dignidade e a honra do PS e dos seus principais dirigentes", procurando afectar, de igual modo, "a capacidade de exercício político de oposição que ao PS compete".

Em comunicado, a Secção de Alvalade afirma que se vive em Portugal "uma grave crise nas instituições democráticas", assistindo-se ao "desbaratar de valores éticos e do crédito público que, em democracia, essas instituições devem ter".

Neste contexto, a Secção apela a todos os militantes socialistas para que

"reajam neste momento de grande adversidade, ditada por interesses inconfessos e democraticamente ilegítimos", através de um "reforço da sua militância partidária, evitando 'estados de alma' propensos à desmotivação, à inacção política e à descrença no projecto reformista que o PS defende".

MANUEL JERÓNIMO REELEITO
COORDENADOR DO MODERP

O nosso camarada Manuel Jerónimo foi reeleito coordenador nacional do Movimento Democrático de Reformados e Pensionistas (MODERP), no decurso do IV Congresso da organização.

Salário mínimo nacional para pensões degradadas, melhor assistência médica, medicamentos gratuitos para pensões abaixo do salário mínimo e atribuição de um passe social gratuito para idosos

com mais de 80 anos, foram os temas em debate pelos mais de 300 congressistas de todo o País que se reuniram em Lisboa no passado dia 25 de Outubro.

PORTALEGRE

MÁ GESTÃO CAMARÁRIA PREOCUPA SOCIALISTAS

No seguimento das reuniões efectuadas com os vereadores municipais e os presidentes de juntas de freguesia, a Concelhia de Portalegre do PS manifestou a sua "apreensão e receio" pelo "mau andamento" da vida local autárquica.

Em comunicado, os socialistas de Portalegre referem que a situação financeira da câmara local apresenta-se "bastante preocupante, sem

garantias de financiamento para novas acções", só se tendo "concluído obras que vinham do anterior Executivo e para as quais já tinha sido garantido financiamento".

Os atrasos no Polis, o aumento do fosso entre cidades e freguesias rurais e a água tarifada ao preço dos consumos ditos de luxo, são ainda apontados pelo PS/Portalegre como exemplos da má gestão municipal.

ODEMIRA

ABERTURA DE DUAS ESCOLAS COMPLETA REDE ESCOLAR CONCELHIA

O concelho de Odemira tem este ano lectivo dois novos estabelecimentos de ensino pré-escolar, nas freguesias de Almogrove e Vila Nova de Mil Fontes, passando a dispor assim de cobertura total relativamente a este tipo de ensino. "Um total de 24 jardins de infância, quatro centros de educação pré-escolar e dois estabelecimentos particulares asseguram a escolaridade a 556 crianças", sublinha, em comunicado, a autarquia socialista. O objectivo do município, no âmbito do programa de reordenamento escolar, é



que, em 2005/2006, "todas as escolas de primeiro ciclo estejam devidamente recuperadas e equipadas".

ODIVELAS

OE PÕE EM CAUSA CENTROS DE SAÚDE DE ODIVELAS

O presidente da Câmara de Odivelas, Manuel Vargues está "desiludido e angustiado" com a atribuição de apenas 1,1 milhões de euros à autarquia do Orçamento de Estado para 2004, que excluem a construção de centros de saúde já prometidos.

Em conferência de Imprensa, o autarca socialista lembrou que o município de Odivelas tinha já entregue candidaturas no valor de seis milhões de euros que obtiveram o parecer favorável da

Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Num "concelho novo", com "enormes carências", nomeadamente ao nível de acessibilidades e equipamentos, Manuel Vargues mostrou "estranheza" por não estarem contemplados no PIDDAC contratos-programa devidamente homologados, como é o caso dos centros de saúde de Odivelas e da Póvoa de Santo Adrião.

ABRANTES

MUNICÍPIO ORGANIZA ENCONTRO DE COMUNICAÇÃO AUTÁRQUICA

A Câmara Municipal de Abrantes realizou nos dias 23 e 24, mais um Encontro de Comunicação Autárquica, que teve como principal objectivo reflectir, debater e partilhar experiências sobre o tema.

Com esta iniciativa, que já vai na quarta edição, a autarquia socialista pretende alargar o debate a nível nacional já que a "comunicação municipal é uma prática que tem vindo a ser implementada na actuação da administração autárquica, tendo em vista adequar os serviços autárquicos às realidades locais e ir assim ao encontro das necessidades dos cidadãos".

A comunicação e cidadania, a importância



de uma estratégia de comunicação municipal, os media e a participação democrática, a construção e a manutenção dos sites oficiais foram também temas debatidos no encontro.

GESTÃO SANTANISTA PASSA À MARGEM DOS PROBLEMAS DOS MUNICÍPIOS

"O presidente da Câmara de Lisboa pratica uma gestão despesista virada para a propaganda, através da proliferação de 'outdoors' em vários locais com informações inúteis de mera publicidade a iniciativas do município, no quadro de uma política de 'show-off' permanente que passa à margem dos problemas dos cidadãos".

A acusação é de Miguel Coelho, no final de "uma volta desassossegada" por vários bairros da capital promovida pela Concelhia de Lisboa, com o objectivo de fazer um diagnóstico do real estado da capital, em que participaram alguns deputados municipais e da Assembleia da República, e o porta-voz do PS, Vieira da Silva. Esta iniciativa serviu ainda para preparar o debate do estado da cidade na Assembleia Municipal.

Em declarações ao "Acção Socialista",



Miguel Coelho salientou que "Lisboa está a regredir, em termos de segurança, estacionamento, trânsito e mobilidade, higiene urbana, habitação social e qualidade de vida".

"O realojamento em algumas zonas da cidade está a ser adiado, aumentou a

criminalidade, a cidade está mais suja e degradada, o trânsito mais caótico, em especial nas Avenidas Novas, as políticas sociais diminuem", afirma o deputado socialista, sustentando que "a gestão mediática" de Santana Lopes está a fazer a cidade "andar para trás".

ÉVORA

REQUALIFICADOS ESPAÇOS EXTERIORES ÀS MURALHAS DA CIDADE

A Câmara Municipal de Évora anunciou o arranque das obras de requalificação dos espaços exteriores às muralhas da cidade, uma intervenção integrada no Programa Polis e orçada em mais de 1,6 milhões de euros.

O município salientou que todos os trabalhos de intervenção têm acompanhamento arqueológico, para garantir "a salvaguarda e o estudo de quaisquer vestígios patrimoniais que venham a ser encontrados nos locais onde se proceda a escavações".

De acordo com a autarquia socialista, as obras de requalificação enquadram-se numa perspectiva mais alargada de devolver

a cidade aos cidadãos, uma vez que a área de intervenção, depois de concluída, "convidará ao passeio e ao usufruto dos espaços verdes".

O projecto abrange ainda a valorização nocturna da muralha através de uma iluminação "discreta das ameias, torres, cunhais e contrafortes, enquanto a sinalização do percurso será feita através de balizadores de luz rasantre".

Incentivo à fixação de jovens nas freguesias rurais

Por outro lado, a Câmara Municipal de

Évora vai atribuir lotes de terreno a casais jovens que pretendam construir habitação própria nas freguesias rurais do concelho.

Esta medida, aprovada por unanimidade pela autarquia, tem como objectivo central a fixação de jovens nas diferentes freguesias do concelho.

Ainda na área da habitação, o município aprovou um contrato promessa de compra e venda a celebrar com o Instituto Nacional de Habitação, tendo em vista a aquisição dos 16 fogos, destinados ao realojamento de pessoas carenciadas e residentes em barracas.

AMADORA

LANÇADOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Teatro de marionetas e visitas de estudo fazem parte das iniciativas integradas nos programas de educação ambiental para as escolas organizados pela Câmara Municipal da Amadora e pela empresa de tratamento do lixo Valorsul. O Programa de Educação Ambiental apresentado pela autarquia socialista baseia-se nos temas em torno da água,

estando previstas actividades lúdicas, comemorações do Dia Mundial da Floresta, a 21 de Março, e uma semana dedicada ao ambiente.

O percurso "A Descoberta das Árvores do Parque Central" e a formação para professores sobre papel reciclado são outras acções que terão lugar ao longo do ano, em função das opções das escolas.

SEIXAL

PS ACUSA EXECUTIVO CAMARÁRIO DE MÁ GESTÃO

Os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista acusaram o Executivo camarário de maioria CDU de ter gasto indevidamente parte de um empréstimo em projectos que não estavam previstos serem financiados por esse mesmo empréstimo.

Os socialistas lembram que o empréstimo contraído pela autarquia destinava-se a

financiar uma série de projectos, entre outros, a construção de cinco pavilhões desportivos escolares, o que não se veio a verificar. E que explicam, "dos quatro milhões de euros destinados aos pavilhões, o investimento efectivo foi zero". Para os deputados municipais socialistas, trata-se de um caso de "má gestão e de extrema gravidade política".

MATOSINHOS

NARCISO REIVINDICA LOJA DO CIDADÃO NO CENTRO DA CIDADE



A autarquia socialista de Matosinhos quer instalar no centro da cidade uma Loja do Cidadão, com as mesmas características daquela que existe no Porto.

Narciso Miranda anunciou que as negociações com a entidade que gere as Lojas do Cidadão se encontram já em fase adiantada.

"Considero indispensável a criação de uma Loja do Cidadão em Matosinhos, até para aliviar a do Porto", sublinhou, o autarca local que reivindica para a futura Loja as mesmas valências que as existentes nas Antas.

A DEMOCRACIA NA CGTP UMA OPÇÃO ESTRATÉGICA

ÓSCAR SOARES

*Vice-presidente do SPGL
e membro do Conselho Nacional da CGTP*

A CGTP que realiza o seu X Congresso nos dias 30 e 31 de Janeiro, tem uma representatividade e uma capacidade reivindicativa por todos reconhecida, alicerçadas na resposta que dá aos anseios dos trabalhadores e à sua capacidade de enfrentar o patronato e a política neoliberal do Governo de direita.

Nela participam diferentes sensibilidades e correntes de pensamento e acção sindical, coexistindo na base do respeito por regras de funcionamento democrático e da prioridade atribuída à defesa dos interesses dos trabalhadores. Tal não obsta a que haja limitações e dificuldades que, desde os seus Estatutos, ao seu funcionamento e estrutura orgânica, à composição dos seus órgãos, até à sua prática e imagem públicas, podem e devem ser ultrapassadas e corrigidas. Na base das diferentes opções em confronto, com a tentativa de manipulação e controlo das minorias pela maioria a ser um permanente foco de tensão, estão as diferentes concepções e práticas de democracia que, para nós socialistas, constitui uma opção estratégica, de tal forma que podemos afirmar que sem democracia não há socialismo, nem efectiva defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e que a democracia é essencial para os trabalhadores, ao possibilitar e garantir os seus direitos e interesses.

Em democracia a participação dos trabalhadores faz-se num quadro multifacetado, em que se confronta com outros interesses, designadamente com os que lhe são antagónicos, num pluralismo que é um factor de dinamismo e de progresso, ao garantir a adaptação do tecido social a novas realidades.

Se nesse quadro é de destacar a função do Estado, garante da liberdade, da justiça e da democracia, a quem cabem funções sociais e políticas redistributivas que criem coesão social e exercendo funções reguladoras e fiscalizadoras, recusamos contudo uma sociedade estalizada, bem como uma sociedade dominada pelo mercado, como os defensores do neoliberalismo pretendem.

Tal não obsta a que consideremos a iniciativa económica dos cidadãos (a propriedade privada) um factor importante de desenvolvimento, reconhecendo aos empresários responsabilidades sociais que não podem ser escamoteadas, como o não pode ser a importância do exercício da actividade sindical que, nas suas dinâmicas reivindicativas, é motivadora do diálogo e do próprio desenvolvimento.

As organizações de trabalhadores têm, na sua intervenção, de tomar em consideração esta realidade e com firmeza, audácia e criatividade, não se deixar dominar por maniqueísmos limitadores da sua capacidade de acção. Só assim a acção sindical poderá alcançar os seus objectivos, sem estar paralisada por desculpas fáceis e por justificações permanentes e desmobilizadoras, para os insucessos e para as limitações na obtenção de resultados.

Para além desse valor estratégico essencial, a valorização da democracia permite responder aos adversários da CGTP, que têm na negação do seu carácter democrático e plural a bandeira fundamental do combate que lhe movem, o que faz desse pluralismo e da sua evidência elementos fulcrais na afirmação da Central e na sua capacidade de acção.

Sendo do interesse dos trabalhadores e da própria central uma CGTP mais forte e mais combativa, é do interesse da CGTP, a existência no seu seio de várias sensibilidades político-sindicais, com a consequente difusão pública do seu pluralismo e coesão interna.

É neste contexto que a intervenção dos militantes e activistas sindicais socialistas, organizados na Corrente Sindical Socialista (CSS), assume um especial e importante papel, ao ser uma garantia de pluralismo e um factor do seu reconhecimento e ao dar um contributo essencial para a mobilização, organização e direcção das lutas.

A CSS está assim colocada perante o desafio de, no seio da central, defender e reforçar os valores democráticos e a sua prática, sem o que se arrisca a ser uma mera cobertura institucional a posicionamentos político-sindicais e a práticas que não estão conformes com os seus e, em última análise, enfraquecendo-se, enfraquecendo a central e o movimento sindical.

A CSS necessita assim de assumir-se cada vez mais numa posição de força e de combate, simultaneamente a nível reivindicativo e ao do funcionamento interno e do posicionamento político-sindical da central, contribuindo para que ela seja cada vez mais plural, mais aberta, em suma mais plenamente democrática.

A CSS necessita simultaneamente de que essa sua realidade seja também a sua imagem, quer publicamente, quer na central, quer ainda perante o Partido Socialista.

Esta necessidade é especialmente marcada no actual momento, de difícil combate para o movimento sindical e em que a realização do X Congresso da CGTP propicia uma significativa oportunidade para defender um espaço próprio para todos os sindicalistas sem exclusão e para apresentar e defender as nossas propostas.

De entre estas destacamos a defesa do reforço da intervenção dos trabalhadores e das suas organizações, no combate à política de direita e na construção de alternativas político-sindicais que defendam os seus direitos, bem como do reforço e aprofundamento do pluralismo e dos direitos democráticos no interior da central, designadamente no que respeita à plena liberdade de expressão, à aplicação do método de Hondt para as estruturas não executivas da central, à regulamentação e concretização do direito de tendência e à criação do cargo de presidente da CGTP.

Em conclusão, os militantes sindicais socialistas da CSS deverão assumir, na CGTP, como na sociedade, uma posição activa, crítica e responsável de defesa intransigente dos valores democráticos, dos direitos e interesses dos trabalhadores, do exercício pleno de dinâmicas de participação e de intervenção que sejam factores de desenvolvimento e de progresso social.

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível.

Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

CARTA DE RESPOSTA A MANUEL MARIA CARRILHO

Acuso a recepção da sua missiva através do "Diário do Notícias", que li com toda a atenção.

Da leitura houve muitos pontos com os quais concordei e recorro àquela frase feita: é mais aquilo que nos une, do que aquilo que nos divide, por isso estamos ambos filiados no Partido Socialista.

Contudo uma coisa com a qual não concordo, é com a utilização de meios externos ao Partido para se dirigir a todos nós militantes, para mim é nos órgãos do PS que todos nós devemos exprimir as nossas opiniões, é essa a nossa obrigação, é esse um dos nossos direitos enquanto militantes. [...] Permita-me discordar das suas referências à "desorientação" e "deriva grupuscular", quando na realidade o que assistimos, é a um ataque cirúrgico e sistemático ao Partido e aos dirigentes, muito particularizados na pessoa do secretário-geral, começaram com a inicial "viragem à esquerda do PS", continuaram com a questão da Casa Pia e recentemente com a transmissão a conta-gotas das escutas telefónicas.

Consequentemente estes ataques têm causado mazelas no Grupo Dirigente, mas apesar de tudo não tem inibido o PS de responder nas alturas devidas, se bem que nem sempre com a desejável acutilância, o que não significa ausência de resposta.

Mas para mim estes ataques são um "déjà vu" no período do PREC e todos sabemos que o alvo era o secretário-geral Mário Soares, e a Direcção Partidária. Mas o PS respondeu em uníssono, tal como o devemos fazer agora [...]

Luis Carreira (militante 20828)

RENOVAÇÃO E PREPARAÇÃO

[...] Avizinham-se combates políticos difíceis. Assim, e para que as eleições para o Parlamento Europeu representem o início de um processo de viragem, o PS não poderá, a nosso ver, ignorar dois vectores estratégicos fundamentais e interdependentes: renovação e preparação. [...]

Esta preocupação já está contemplada na actual estratégia do Partido Socialista, através da recente reformulação do Gabinete de Estudos. É um ótimo primeiro passo. Mas, na nossa opinião, este gabinete deve ganhar o estatuto de pedra fulcral do partido. Deve publicar frequentemente, em suportes digital e em papel, estudos detalhados sobre as áreas prioritárias para o país. Deve assessorar permanentemente os corpos dirigentes do Partido e esboçar, sob a orientação dos mesmos, medidas concretas de política económica (por exemplo) e avaliar as suas possíveis consequências. Deve, também, realizar estudos comparativos, no sentido de aferir da exequibilidade em Portugal de medidas tomadas noutros países, porque numa economia global as boas práticas são comuns. Idealmente, este Gabinete possuiria uma pequena equipa de investigadores a tempo integral e continuaria a contar, como ocorre hoje, com o contributo de especialistas das mais variadas áreas. Não nos ocorre outro investimento com igual ou superior rentabilidade. [...]

*Bruno Rocha (militante 51338,
Humberto Coelho (militante 35228,*

FINISTERRA: A REVISTA DE REFLEXÃO E CRÍTICA DE NOVO NAS BANCAS

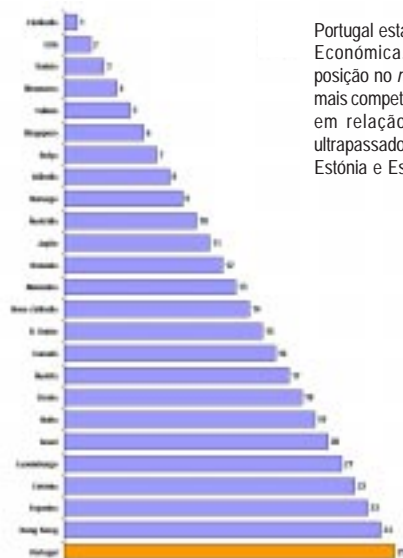
O número 46 da revista de reflexão e crítica *Finisterra* já se encontra nas bancas. Este número conta com artigos de Eduardo Lourenço, António Vitorino e Guilherme d'Oliveira Martins que reflectem sobre a actual Constituição europeia. Na secção da revista dedicada à Cultura, Augusto Santos Silva e Manuela Melo tentam responder à questão se *A Direita Portuguesa Tem uma Política Cultural?*, enquanto Lidia Jorge nos brinda com a *História do Coiote*, um belo conto inédito. Para além destes artigos, a *Finisterra*, recolhe contribuições de outros autores sobre temas da actualidade política nacional e internacional, de que se destacam os escritos de Alfredo Margarido sobre a *Indispensabilidade da Esquerda*, e de Joaquim Jorge Veiguiña, que critica as ideologias legitimadoras da invasão e ocupação do Iraque. Este número conta ainda com uma secção dedicada a temas educativos, onde desponta um artigo de Paulo Mendes Pinto sobre *O Lugar da Religião no Ensino*. Uma vez mais a *Finisterra* consegue neste número abarcar uma grande diversidade de temas, manifestando um pluralismo de abordagens capaz de suscitar um amplo debate e reflexão críticas. Revista de referência da esquerda democrática, a *Finisterra* é um exemplo de empenho e persistência no desolador panorama editorial português. Lê-la e assiná-la deveria constituir um desafio para os militantes socialistas.

ASSINATURAS

Assinatura anual (4 números):
Normal 30 euros; Instituições 42 euros; Estudantes 15 euros; Apoio 48 euros; Europa 93 euros; Fora da Europa 107 euros.
Morada: Fundação José Fontana, Avenida das Descobertas 17, 1400-091 Lisboa

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

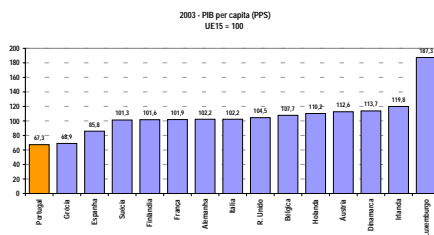
PORTUGAL CAI SEIS POSIÇÕES NA COMPETITIVIDADE MUNDIAL



Portugal está a perder Competitividade Económica. Este ano ocupa a 25ª posição no ranking das 102 economias mais competitivas. Desce seis posições em relação a 2002 (19º lugar): É ultrapassado por países como a Coreia, Estónia e Espanha.

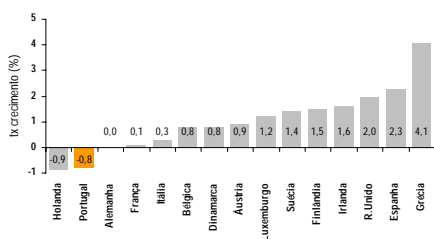
Fonte: "The global Competitiveness Report", do World Economic Fórum

PROJEÇÕES DE OUTONO DA UE



Desde 1989 que a Grécia era o país mais pobre da Europa. Este ano, e nos próximos dois, Portugal assume essa posição. Para além de ser ultrapassado pela Grécia na UE dos Quinze, Portugal coloca-se também atrás da República Checa na Europa alargada aos 25 países, passando a ser o 10º país mais pobre da UE a 25. No ano passado era o 12º. O PIB "per capita" para Portugal este ano apresenta o valor mais baixo desde 1993. A Comissão Europeia prevê, para os dois anos seguintes, valores ainda mais baixos que aquele: **2004: 66,4% da média da UE e 2005: 66%.** Em 1999, Portugal atingiu o valor mais alto, desde 1975: 73,4% da média da UE.

PIB - 2003



Comparando com os restantes países da União Europeia, só a Holanda é que deverá apresentar um resultado idêntico ao de Portugal: um crescimento negativo do PIB. Alemanha, França e Itália deverão apresentar um crescimento nulo.

É COM O ESFORÇO DE TODOS QUE CHEGAREMOS DE NOVO À VITÓRIA NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES.

ESTA É A HORA DE DAR MAIS FORÇA AO PS.

"Os recursos financeiros, a par da capacidade mobilizadora de todas as nossas estruturas, são uma alavanca essencial para que possamos assegurar que a mensagem de esperança e confiança no futuro que o PS representa, possa chegar a todos os portugueses.

A alteração do sistema de financiamento partidário, cuja entrada em vigor o PSD impediu, ao contrário do que se encontrava consensualizado, e que permitiria continuar de forma sustentada a política de rigor e transparência que caracteriza a actividade do PS, obriga-nos a chamar todos os militantes e estruturas do Partido para um esforço de recolha de fundos para dar corpo à ambição de vitória que a todos nos anima."

Eduardo Ferro Rodrigues

Eduardo Ferro Rodrigues

Informe-se junto da sua Secção ou Federação.

Campanha de recolha de fundos realizada ao abrigo da lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR **Augusto Santos Silva** | DIRECTOR-ADJUNTO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt; **P. Pisco** ppisco@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval**
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accasocialista@ps.pt

www.psp.pt/accao